



Relatório Anual
Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas

2011

O BEI está a cofinanciar a modernização da atual linha de transporte de energia de alta tensão de 220 kV entre Kafue, Muzuma e Livingstone, na Zâmbia. A tensão nominal será aumentada para 330 kV¹. Este projeto duplicará a capacidade de transporte e ajudará a eliminar diversos pontos de estrangulamento na rede de alimentação elétrica na Zâmbia e a fornecer energia hidroelétrica renovável aos mercados do sul do SAPP.

O FFI apoia este projeto com uma bonificação de juros para o empréstimo do BEI e com assistência técnica destinada ao financiamento dos serviços de um Engenheiro do Mutuante.



Índice

- 2** Principais resultados
- 4** Prefácio conjunto do Comissário Europeu Andris Piebalgs e do Presidente do BEI Werner Hoyer
- 6** O Programa para o Desenvolvimento das Infraestruturas em África – PIDA
- 8** Mensagem da Presidente do Comité Executivo
- 10** Compromisso com África sobre as Alterações Climáticas
- 13** O Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas: Missão, Mecanismo e Governação
- 21** O FFI em 2011
- 45** Resultados operacionais
- 53** Anexos
 - 54** Demonstrações financeiras abreviadas em 31 de dezembro de 2011
 - 56** Lista dos doadores, representantes e valor agregado das contribuições
 - 57** Lista dos membros do Comité Diretor da Parceria UE-África para as Infraestruturas
 - 58** Membros do Grupo de Financiadores
 - 59** Lista dos países africanos elegíveis
 - 60** Comunidades Económicas Regionais de África
 - 62** Lista de acrónimos
 - 63** Contribuições para o relatório anual e agradecimentos

¹ Este projeto é descrito de forma mais detalhada na página 40.

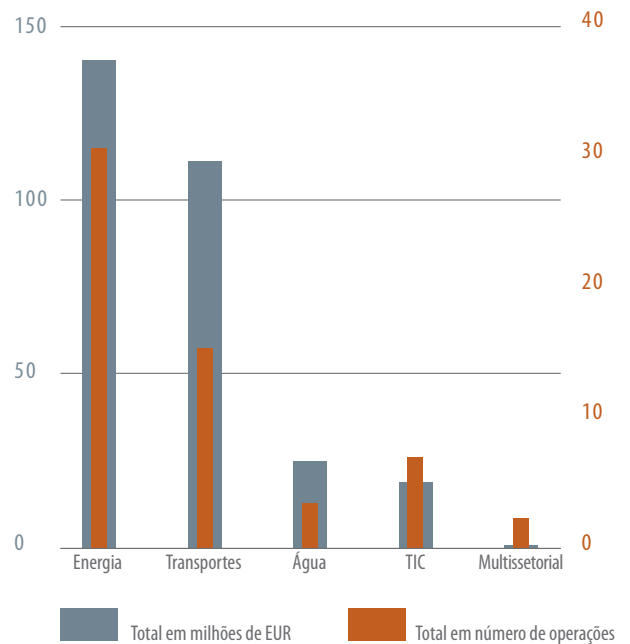


O FFI alcança bons resultados em termos de alavancagem: um euro de financiamento do FFI **mobiliza cerca de 11 euros de investimento** em projetos de infraestruturas na região subsariana

O FFI tem uma participação significativa nos **investimentos em energia** nos países da região subsariana, que é um setor fundamental para o desenvolvimento global desta região. 50 % de todas as operações de subvenção aprovadas e 52 % do apoio previsto na reserva de projetos do FFI destinam-se a investimentos no setor da energia

Principais resultados

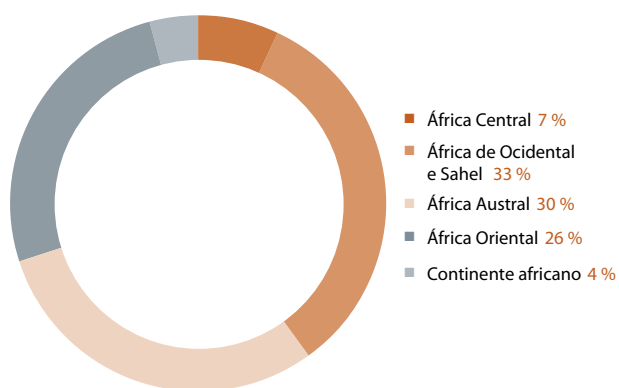
Operações de subvenção aprovadas pelo FFI: por setor



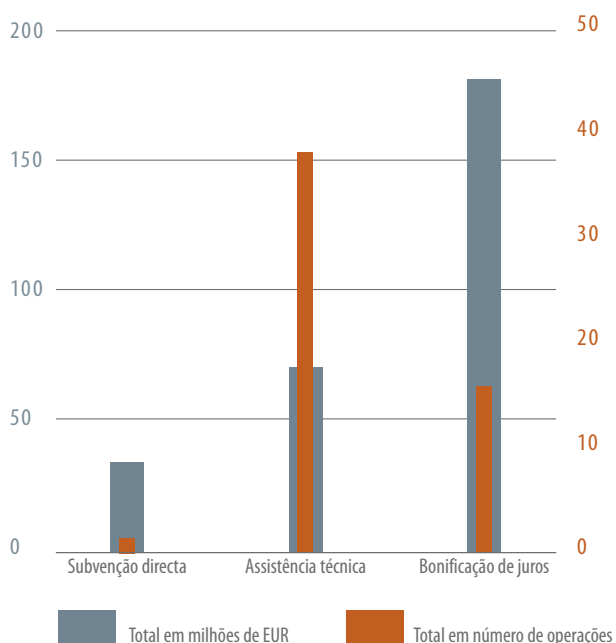
Perto de 65 % de todas as operações de subvenção aprovadas são **bonificações de juros**, o que reflete o sucesso da **combinação de fundos de doadores europeus com o financiamento a longo prazo** concedido por financiadores selecionados.



Operações de subvenção aprovadas pelo FFI: por região



Operações de subvenção aprovadas pelo FFI: por tipo de subvenção em milhões de EUR



A **interconectividade** a nível continental – enquanto condição para a integração regional – é um objetivo fundamental da Parceria UE-África para as Infraestruturas. Neste sentido, o FFI apoia projetos de infraestruturas com impacto regional demonstrável **em todas as regiões da África Subsariana**

Prefácio conjunto

do Comissário Europeu Andris Piebalgs e do Presidente do BEI Werner Hoyer



O Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas (FFI) é um instrumento fundamental da Parceria UE-África para as Infraestruturas, lançada em Adis Abeba em 24 de outubro de 2007 como iniciativa conjunta da União Europeia e da União Africana. Tem como objetivo facilitar e melhorar a interconectividade em todo o continente, a fim de promover a integração regional.



O FFI presta apoio a projetos de infraestruturas continentais e regionais na África Subsaariana através de subvenções da Comissão Europeia² e dos Estados Membros da UE (juntamente com financiamento a longo prazo concedido por financiadores elegíveis).

Nos últimos anos, a África Subsaariana superou as taxas de crescimento económico da maioria dos países ocidentais, registando subidas impressionantes do PIB: 1,7 % em 2009, 4,2-4,7 % em 2010, 5,3 % estimados para 2011. Em 2012, as Perspetivas Económicas Regionais do FMI apontam para um aumento da taxa de crescimento para cerca de 6 %, embora com discrepâncias consideráveis entre países.

Ainda assim, importa não esquecer que cerca de metade da população vive com 1,25 USD por dia³.

A integração regional é fundamental para aliviar a pobreza generalizada e acelerar o progresso em

África, tendo em conta que as economias e os mercados em África são, na sua maioria, de pequena dimensão e encontram-se isolados, por vezes desprovidos mesmo de acesso ao litoral. A deficiência das redes de infraestruturas de transportes, energia e comunicações faz disparar significativamente os custos de produção e de transação, comprometendo assim a competitividade das empresas. A única forma de impulsionar o crescimento consiste na interligação dos mercados, de modo a criar oportunidades de investimento e economias de escala e a melhorar a eficiência da produção e da distribuição.

O Diagnóstico das Infraestruturas em África Orientado por País⁴ constatou que as infraestruturas são responsáveis por mais de metade do crescimento recente de África e encerram um potencial ainda maior de contribuição para este crescimento no futuro. Concluiu ainda que, nos próximos dez anos, as necessidades em termos de infraestruturas em África rondam os 93 000 milhões de USD por ano.

² Fundo Europeu de Desenvolvimento.

³ Fonte: Banco Mundial.

⁴ O Diagnóstico das Infraestruturas em África Orientado por País (Africa Infrastructure Country Diagnostic - AICD), um projeto implementado pelo Banco Mundial com o apoio de vários doadores, foi criado pelo Consórcio para as Infraestruturas em África, em Londres, em outubro de 2005.



Isso significa que, contabilizando os ganhos de eficiência e as projeções para a despesa interna e externa, o défice de financiamento rondaria ainda os 31 mil milhões de EUR por ano.

O Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas ajuda a colmatar este défice. Ao combinar subvenções com financiamentos a longo prazo, este mecanismo multiplica o impacto destes dois elementos, facilitando assim a realização de projetos de infraestruturas que, de outro modo, não poderiam ser financiados.

Desde que foi criado no final de 2007, o Fundo Fiduciário comprometeu cerca de 300 milhões de EUR em subvenções, capazes de gerar até onze vezes este valor em investimento total, ou seja, perto de 4 000 milhões de EUR⁵.

As páginas seguintes do Relatório Anual contêm uma descrição detalhada das atividades e dos resultados do Fundo Fiduciário relativos a 2011, seu quarto ano completo de atividade. O Fundo Fiduciário continua a evoluir, com modalidades inovadoras de financiamento concedido pelos financiadores que fazem parte da sua rede, e a adaptar a sua abordagem aos novos desafios. Neste contexto, importa referir a introdução de uma vertente relativa às alterações climáticas nos projetos que serão apoiados pelo Fundo Fiduciário, a fim de acompanhar, monitorizar e sinalizar o valor dos investimentos apoiados pelo Fundo Fiduciário em termos de adaptação a esse fenómeno ou de mitigação dos seus efeitos.

Andris Piebalgs
Comissário Europeu para o Desenvolvimento
Comissão Europeia, Doador Fundador

Werner Hoyer
Presidente
Banco Europeu de Investimento, Gestor do Fundo Fiduciário

⁵ Com base no rácio de alavancagem atual.

O Programa para o Desenvolvimento das Infraestruturas em África – **PIDA**

■ O Programa para o Desenvolvimento das Infraestruturas em África (PIDA) resume tudo aquilo que a África tem de atingir para concretizar o seu potencial, isto é, tem de agir com ousadia para alcançar a integração regional, investindo nas suas infraestruturas regionais e ligando-se ao mercado mundial.

■ As principais organizações do continente africano, nomeadamente a Comissão da União Africana (CUA), a Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD (NPCA) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) trabalharam durante anos para resolver o défice de infraestruturas. Além disso, o Plano de Ação do G20 para as Infraestruturas, o Consórcio para as Infraestruturas em África (ICA), o Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas e o Diagnóstico das Infraestruturas em África Orientado por País realçam a importância das infraestruturas regionais para o crescimento africano.

■ O PIDA foi lançado em 2010, mas a importância da integração regional foi há muito reconhecida pelos líderes africanos, que constantemente exprimiram o desejo de edificar um mercado comum de bens e serviços tal como previsto no Tratado de Abuja de 1991. O objetivo estratégico geral do PIDA consiste em permitir à África criar finalmente esse mercado comum.

■ A implementação do PIDA permitirá aos líderes africanos falarem a uma só voz e prosseguirem objetivos comuns, tais como aumentar o acesso à energia e reduzir os seus custos; reduzir drasticamente os custos de transporte e estimular as trocas comerciais intra-africanas; garantir a segurança alimentar e o abastecimento de água. O PIDA providencia aos decisores políticos uma lista de prioridades para satisfazer as necessidades de infraestruturas físicas e solucionar outras questões ligadas à governação.

■ Dada a urgência das necessidades de infraestruturas, o Programa de Ações Prioritárias (PAP), i.e., uma lista de programas e projetos a implementar no curto a médio prazo, está no cerne do PIDA. Embora o programa completo possa ser considerado como um elenco de projetos a longo prazo para o desenvolvimento das infraestruturas



Uma Iniciativa Africana para a qual os membros do **Comité Diretor da Parceria UE-África para as Infraestruturas** solicitam a participação e o apoio ativo do FFI



em África, o PAP aponta o caminho imediato a seguir, apresentando projetos realizáveis que promovem uma boa integração regional entre 2012 e 2020. Os projetos e programas incluídos no PAP constituem a primeira série de prioridades acordadas na sequência da análise, da revisão de critérios e das consultas sobre os planos diretores da CER (Comunidade Económica Regional). O PAP não é um programa estático e será atualizado regularmente para ter em conta os progressos realizados e dar lugar a novas prioridades, à medida que as necessidades de África continuam a evoluir.

Os custos de implementação a longo prazo do PIDA até 2040 são atualmente estimados em mais de 360 000 milhões de USD, enquanto que o custo global da execução dos programas prioritários entre 2012 e 2020 deverá rondar os 68 000 milhões de USD, ou seja, cerca de 7 500 milhões de USD anuais durante os próximos nove anos. O PIDA é um programa que, apesar de ambicioso, tem um custo acessível. No total, o investimento necessário até 2020 é bastante inferior a 1 % do PIB africano. Algumas ações praticamente não têm custos financeiros, mas exigem vontade política e determinação para agir.

O financiamento esperado de fontes internas (públicas ou privadas) poderá representar mais de 50 % do financiamento total do PIDA até 2020. Esta proporção deverá aumentar para cerca de dois terços em 2030 e até 75 % em 2040. A ajuda pública ao desenvolvimento (APD) continuará a desempenhar um papel importante, e compete aos principais atores, tais como os membros do Consórcio para as Infraestruturas em África (ICA), entre os quais os países do G20, o Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas, as instituições multilaterais, os bancos de desenvolvimento regionais e os fundos orientados para objetivos específicos reforçar a sua assistência até 2040, a fim de mobilizar investimentos no âmbito de uma estratégia de financiamento coerente.

A implementação exigirá a ação coordenada dos atores a todos os níveis do processo de desenvolvimento africano: a Comissão da União Africana e a Agência de Planificação e Coordenação da

NEPAD (NPCA) a nível continental, as CER a nível regional e, a nível nacional, os países individuais em cujo território os projetos serão construídos e cujas populações serão beneficiadas.

O processo baseia-se na Arquitetura Institucional para o Desenvolvimento de Infraestruturas em África (IAIDA), na estratégia de implementação do programa PIDA e nos projetos relacionados. De acordo com a IAIDA, os órgãos continentais (CUA, NPCA) concentrar-se-ão no acompanhamento e na promoção do processo de implementação a nível continental, enquanto que os progressos de implementação a nível dos projetos serão acompanhados pelas CER que terão a importante responsabilidade de assegurar a harmonização e aplicação das medidas políticas não vinculativas nos diversos países. Cabe-lhes também informar os órgãos continentais responsáveis por manter os decisores políticos e os Chefes de Estado e de Governo informados do progresso geral.

A realização de infraestruturas é sempre um processo de grande complexidade, e mais ainda quando se trata de projetos regionais que envolvem múltiplos parceiros. Para que a implementação do PIDA tenha êxito, são necessárias ações coordenadas ao longo de toda a cadeia do projeto, começando pelos Chefes de Estado e de Governo e incluindo os Comitês Técnicos Setoriais para as Infraestruturas e as instituições financeiras. A nível regional, as CER responsáveis e as agências de execução selecionadas deverão garantir que os países envolvidos neste processo estejam unidos e que os promotores dos projetos sejam competentes.

Se todos os países e líderes abraçassem a responsabilidade partilhada do PIDA, a quota africana no comércio mundial seria muito maior em 2040, pelo menos o dobro dos atuais 2 %, o que significa que teriam sido criados até 15 milhões de novos empregos na área da construção, exploração e manutenção dos projetos do PIDA, além de milhões de outros empregos indiretos resultantes do crescimento da atividade económica; a percentagem de trocas comerciais intra-africanas duplicaria em relação aos atuais 11–12 %; e mais 800 milhões de pessoas teriam acesso à eletricidade.

Mensagem da Presidente do Comité Executivo



Em 2011, o FFI completou mais um ano de sucesso, com resultados operacionais sólidos, projetos inovadores, novos financiadores ativos e uma forte reserva de projetos.

Neste ano, foram aprovadas dezanove operações de subvenção face a dezassete em 2010, com um montante significativo, ainda que inferior ao do ano transato (86 milhões de EUR contra 112,5 milhões de EUR). Estas operações, desdobradas por tipo de subvenção, por região, por setor e por CER, são descritas em pormenor nas páginas seguintes do relatório.

Em 2011, pudemos assistir a diversos avanços e inovações.

Os dois membros mais recentes do Grupo de Financiadores (GF), a saber o PIDG e o BAD, que aderiram ao GF em 2010, iniciaram a sua atividade operacional e apresentaram os seus primeiros pedidos de subvenção. O PIDG, cuja missão específica consiste em promover o investimento do setor privado em infraestruturas, colocou os seus conhecimentos na área do setor privado ao serviço do Fundo Fiduciário.

Seguindo as orientações formuladas na 3.ª reunião do Comité Diretor, o Comité Executivo apoiou um conjunto de projetos no setor dos transportes. A forma mais eficaz de apoio combina os recursos do Fundo Fiduciário com as ajudas concedidas pela União Europeia aos países através dos programas indicativos nacionais e regionais. A complementaridade dos fundos comunitários com as subvenções do FFI combinadas com financiamento a longo prazo dos financiadores do FFI é ilustrada pelo Corredor Rodoviário do Norte da África Oriental (NRC).

O projeto NRC consiste na beneficiação de três troços rodoviários que ligam Mombaça a Campala via Nairobi e, mais a oeste, ao Ruanda e ao Burundi,

com ligações à RDC, ao Sudão do Sul e ao norte da Tanzânia. O projeto prevê ainda duas estradas de circunvalação nas cidades de Campala e M'barara. Dada a importância do NRC para o desenvolvimento, os governos locais e os parceiros internacionais para o desenvolvimento dedicaram recursos significativos à manutenção e melhoria deste corredor ao longo das últimas três décadas. De um modo particular, a União Europeia apoia desde há muito com os recursos orçamentais dos 8.º, 9.º e 10.º FED a resolução das limitações de capacidade e dos problemas de segurança que afetam esta via de transportes. A Comissão continuará a apoiar o NRC providenciando cofinanciamento para este projeto, que será complementado com financiamento do Governo do Uganda e com um empréstimo a longo prazo do BEI, o qual será bonificado pelo FFI nas condições PPAE estabelecidas pelo FMI.

Realizaram-se igualmente progressos significativos no setor da água com a aprovação dos primeiros projetos neste setor, designadamente o Projeto Águas de Campala - abastecimento de água e saneamento no Lago Vitória (WATSAN), que apoia a empresa National Water and Sewerage Corporation

⁶ Private Infrastructure Development Group - <http://www.pidg.org>.



(NWSC) na modernização e reabilitação dos atuais sistemas de tratamento, transporte e distribuição de água, assim como o desenvolvimento de um novo sistema de abastecimento de água e a construção de uma estação de tratamento de águas a leste de Campala, que terá um custo superior a 200 milhões de EUR, incluindo 22 milhões de EUR em subvenções do FFI. A execução do projeto está a decorrer de forma satisfatória, depois de os três parceiros de financiamento e a República do Uganda terem assinado, em abril de 2011, todos os contratos de empréstimo e financiamento, assim como o acordo geral relativo ao projeto. Além disso, foi assinado um contrato de assistência técnica no valor de 8 milhões de EUR à NWSC.

Este ano, foram dados novos passos na aprovação de projetos com mecanismos de financiamento novos e inovadores. A título de exemplo, o KfW apresentou um pedido de subvenção de 30 milhões de EUR para um projeto de apoio à produção de energia fiável, renovável e de baixo custo a partir dos recursos geotérmicos existentes no Vale do Rift, na África Oriental. Este projeto – o «Instrumento de Mitigação do Risco Geotérmico para a África Oriental» – é destacado numa caixa de texto, na página 36. O Comité Executivo aprovou uma subvenção direta que, após a conclusão bem-sucedida e em conjugação com um apoio adicional posterior, poderá vir a mobilizar até 1 000 milhões de EUR em investimentos, o que ilustra a flexibilidade do Fundo Fiduciário como instrumento para o desenvolvimento de infraestruturas.

O Comité Executivo analisou ainda outro projeto inovador semelhante, relativamente ao qual emitiu uma decisão preliminar favorável, designado por «Instrumento de Energia Sustentável para África», que deverá instituir um instrumento de mitigação do risco destinado a alargar o alcance e a participação do setor privado no financiamento das energias renováveis e da eficiência energética.

No intuito de conferir maior visibilidade ao Fundo Fiduciário e de mostrar o seu impacto ao grande público, foi produzido um filme que reúne testemunhos de empresas e cidadãos locais sobre a forma como os projetos de infraestruturas apoiados pelo Fundo Fiduciário podem mudar as suas vidas para melhor. Este filme está disponível no sítio Web do Fundo Fiduciário.

Assumi particular importância em 2011 o lançamento da avaliação intercalar do Fundo Fiduciário, prevista no seu Regulamento e destinada a avaliar o desempenho na fase inicial e a formular recomendações para o futuro.

Olhando para o futuro, a lista de projetos que necessitam de apoio do Fundo Fiduciário é bastante promissora e inclui uma reserva sólida de projetos potenciais. A África continua a ter enormes necessidades de investimento em infraestruturas e o desafio que se coloca ao Fundo Fiduciário e ao seu Grupo de Financiadores não é tanto a falta de procura, mas antes a identificação de projetos que cumpram os objetivos políticos do Fundo.

Francesca Mosca
Presidente do Comité Executivo
Diretora, África Subsariana e Questões Horizontais ACP
Comissão Europeia

Compromisso com África sobre as Alterações Climáticas



As alterações climáticas constituem um desafio global para o ambiente e o desenvolvimento, e afetam sobretudo os países mais pobres com menor capacidade para o enfrentar.

A redução das emissões de gases com efeito de estufa e a adaptação da produção energética às alterações climáticas nos países da região subsariana exige um montante considerável de investimentos e subvenções. A capacidade de combinação de recursos do Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas prestará um contributo para estes esforços.

No seguimento do anúncio feito pelos Comissários Andris Piebalgs, Connie Hedegaard e Štefan Füle na Conferência de Cancún sobre Alterações Climáticas quanto à criação de «vertentes relativas às alterações climáticas» em todas as facilidades de investimento regionais da UE, o Comité Executivo do FFI decidiu implementar um sistema de



acompanhamento dos projetos no domínio das alterações climáticas que tenham o apoio do FFI. Desde dezembro de 2011, os financiadores do FFI prestam informações sobre o contributo dos projetos para a mitigação e/ou adaptação às alterações climáticas, através da indicação dos Marcadores do Rio pertinentes no formulário de candidatura.

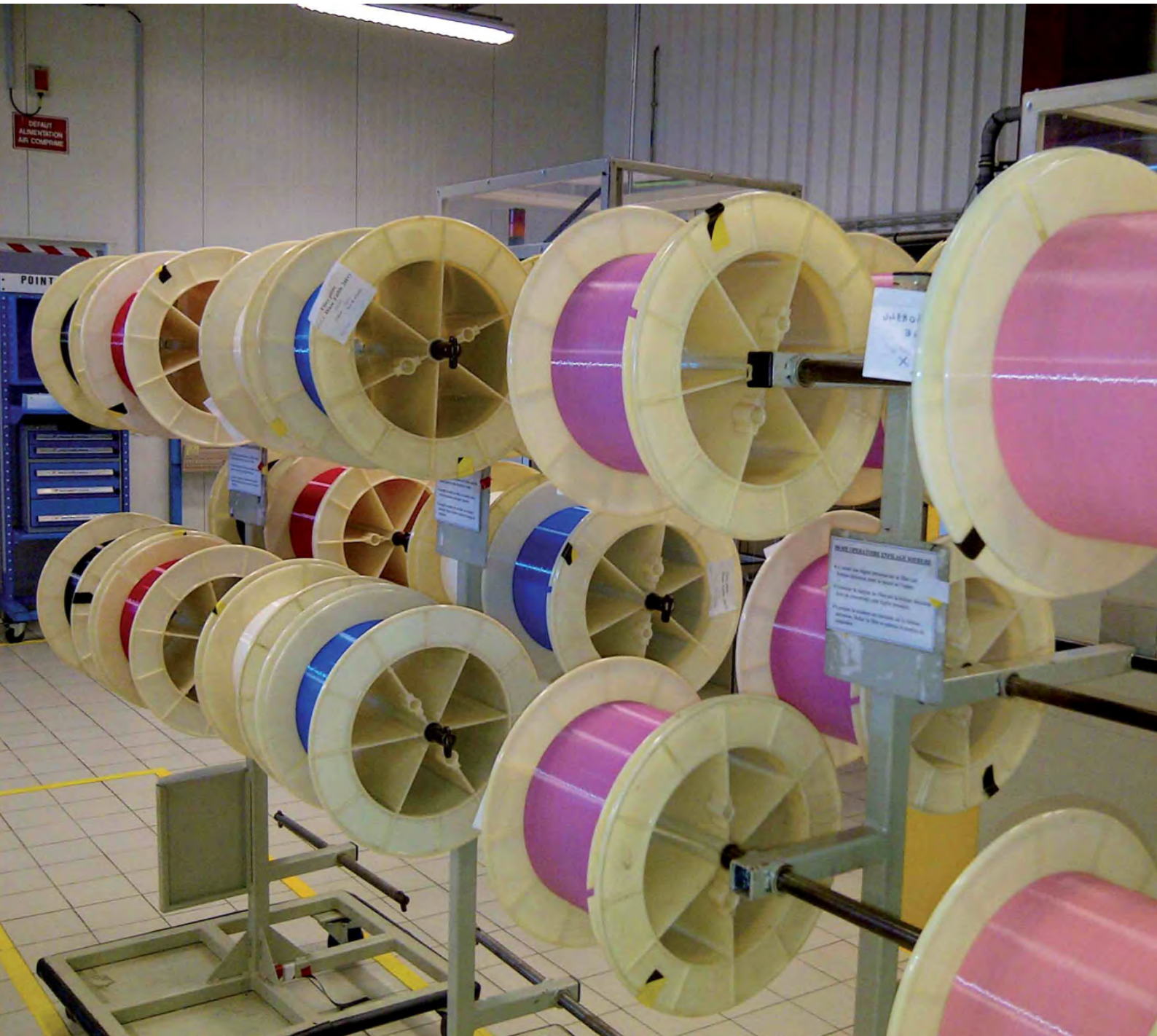
Os três níveis diferentes dos Marcadores do Rio especificam se o contributo para a mitigação e/ou adaptação às alterações climáticas faz parte dos objetivos do projeto (Marcador do Rio 1), se este é o seu principal objetivo (Marcador do Rio 2) ou se o projeto não visa quaisquer objetivos na área das alterações climáticas (Marcador do Rio 0).

A OCDE define «mitigação» como uma contribuição para o objetivo de estabilizar os níveis de concentração de gases com efeito de estufa (GEE) na atmosfera, de forma a prevenir interferências antropogénicas perigosas no sistema climático, promovendo esforços para reduzir ou limitar as emissões de GEE ou para melhorar o sequestro de GEE. «Adaptação» é definida como uma atividade

destinada a reduzir a vulnerabilidade dos sistemas humanos ou naturais aos impactos das alterações climáticas e aos riscos associados ao clima através da manutenção ou do aumento da capacidade de adaptação e da resistência.

Para além de indicarem o Marcador do Rio para o projeto em causa, os financiadores do FFI fornecem informações sobre os elementos e as atividades do projeto que contribuem para a mitigação das alterações climáticas e/ou para a adaptação às mesmas, bem como sobre os impactos previstos, os riscos em termos de alterações climáticas e as potenciais medidas de mitigação adotadas para tornar o projeto resistente às alterações climáticas.

Uma análise inicial revela que cerca de metade dos projetos apoiados pelo FFI se enquadra na categoria do Marcador do Rio 1 (ou seja, inclui objetivos de mitigação ou adaptação às alterações climáticas). Isso significa que cerca de 150 milhões de EUR podem ser considerados como apoio a ações a favor do clima.





O Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas: Missão, Mecanismo e Governação

A estrutura de governação encontra-se estatuída no «Acordo que estabelece as regras de execução do Fundo Fiduciário» assinado em 23 de abril de 2007 e assenta numa estrutura de governação em três níveis: i) um órgão estratégico; ii) um órgão executivo; iii) um Grupo de Financiadores, com numa lógica de funcionamento simples e clara – o primeiro destes três órgãos estabelece as orientações gerais do FFI sem estar envolvido nas operações de subvenção; o segundo é o órgão executivo que toma todas as decisões finais, nomeadamente as decisões de financiamento dos projetos apresentados pelo terceiro órgão, que é o Grupo de Financiadores.

O Comité Diretor da Parceria UE-África para as Infraestruturas

O Comité Diretor da Parceria é composto por 58 membros, com 29 representantes da União Africana e da União Europeia, respetivamente (ver anexo 3). O seu mandato consiste em orientar o desenvolvimento e garantir a aplicação eficaz e eficiente do programa e do plano de ação da Parceria⁷. Ao Comité Diretor compete, nomeadamente:

- emitir orientações políticas e definir as linhas de orientação estratégicas da Parceria e dos seus instrumentos de execução, tais como o FFI; receber sumários periódicos das atividades do Fundo Fiduciário e pronunciar-se sobre o Relatório Anual do Fundo Fiduciário;

- servir de fórum para o intercâmbio de informações e para a coordenação dos membros no que diz respeito às necessidades de infraestruturas, aos serviços relacionados e aos quadros regulamentares,

bem como garantir respostas adequadas à mudança de prioridades em África;

- facilitar complementaridades entre o Programa de Infraestruturas da UA/NEPAD, os programas de infraestruturas nacionais e regionais ou outras iniciativas/programas de infraestruturas, examinar a coerência e as complementaridades da Parceria com outros programas à escala do continente e a coordenação com iniciativas africanas, bem como estabelecer a ligação com o Consórcio para as Infraestruturas em África e outras iniciativas internacionais de apoio às infraestruturas;

- procurar mobilizar os recursos necessários para atingir os objetivos da Parceria;

- acompanhar o avanço das operações realizadas pela Parceria e prestar informações sobre as atividades passadas, em curso ou planeadas com base no relatório anual da Parceria; e

- outras questões específicas (como a preparação de uma Cimeira UE-África).



Os Presidentes da IV reunião do Comité Diretor da Parceria (da esquerda para a direita): Embaixador Gary QUINCE, Chefe da Delegação da UE à União Africana; S. Ex.ª Dr.ª Elham IBRAHIM, Comissária da União Africana responsável pelas Infraestruturas e Energia; e Aboubakari BABA MOUSSA, Diretor de Infraestruturas e Energia da Comissão da União Africana.

⁷ www.africa-eu-partnership.org



O Comité Executivo do FFI

O Comité Executivo é o órgão de direção do FFI e é composto por três categorias de membros: i) os participantes com direito de voto, ou seja, os doadores que contribuíram com um mínimo de 1 milhão de EUR durante os últimos quatro anos; ii) os participantes sem direito de voto, ou seja, os Estados-Membros da UE que ainda não são doadores ou cujas contribuições datam de há mais de quatro anos; iii) o Banco Europeu de Investimento, na qualidade de gestor do Fundo Fiduciário do FFI, e o Secretariado do FFI, ambos com estatuto de membros sem direito de voto.

O Comité Executivo é o órgão de direção do FFI e funciona com base no consenso. A fim de manter um certo equilíbrio no processo de tomada de decisões, a regra nas votações é a da dupla maioria, ou seja, i) dois terços dos doadores presentes, ii) que representem dois terços do número total de direitos de voto atribuídos.

O Comité Executivo é responsável por todas as decisões fundamentais relacionadas com o Fundo, nomeadamente a análise e aprovação dos pedidos de operações de subvenção, e por assegurar que todas as atividades do FFI respeitam os termos e as condições do respetivo Regulamento. Tal implica, nomeadamente, a revisão dos procedimentos, a discussão e aprovação do relatório anual, a aprovação das demonstrações financeiras do exercício apresentadas pelo Gestor do FFI, debates sobre a evolução dos mecanismos de financiamento que possam aplicar-se ao FFI, a análise e discussão da reserva de projetos do FFI, a apreciação de novas iniciativas (o sistema GIS, por exemplo).

A Comissão Europeia, na qualidade de doador fundador, tem exercido a Presidência do Comité Executivo desde a criação do FFI. A Presidência pode, no entanto, ser exercida rotativamente pelos membros do Comité Executivo que tenham assumido um compromisso de contribuição mínimo de 5 milhões de EUR.

Desde que tomou posse e até ao final de 2011, o Comité Executivo reuniu-se 20 vezes, em média cinco vezes por ano, em coordenação com o Grupo de Financiadores, a fim de assegurar o processamento célere das operações de subvenção submetidas pelos financiadores.

Em 2011, o Comité Executivo reuniu-se cinco vezes para analisar, discutir e/ou aprovar:

- quarenta e cinco pedidos de operações de subvenção (para aprovação, aprovação em princípio, reaprovação ou debate);

- as demonstrações financeiras auditadas do FFI relativas ao exercício de 2010 e as demonstrações financeiras semestrais não auditadas em 30 de junho de 2011, bem como o relatório semestral de monitorização elaborado pelo Secretariado;

- diversos documentos técnicos e tópicos de interesse para os membros do Comité, tais como documentos técnicos elaborados pelo GF sobre bonificações de juros, primeiros desembolsos, mecanismos de mitigação do risco e sobre o eventual apoio do FFI a intermediários financeiros, para o qual a Comissão concedeu uma aprovação escrita em novembro de 2011 sujeita ao cumprimento de um conjunto satisfatório de medidas de monitorização;

- apresentações de caráter mais genérico, como as recomendações do estudo do G20 sobre o financiamento das infraestruturas apresentadas por um funcionário francês em Cannes, em novembro de 2011, e uma apresentação da Iniciativa da Comissão para o Corno de África que visa promover o desenvolvimento das infraestruturas na África Oriental;

- o estado e o avanço da reserva de projetos ativa do FFI, e

- o lançamento da avaliação intercalar do FFI.

No que se refere a este último ponto e conforme previsto no seu Regulamento, o Comité Executivo delegou a organização da avaliação intercalar independente do FFI num Grupo de Referência composto por um representante da CE, um representante do BEI, do KfW e da AFD e outro representante de três países doadores, a saber a Áustria, o Reino Unido e os Países Baixos. A avaliação tem por objetivo estudar o desempenho do FFI no período entre 2007 e meados de 2011 com base em critérios-chave de avaliação da OCDE/CAD e formular recomendações para o trabalho futuro do Fundo. Além disso, visa preparar devidamente a avaliação final em caso de dissolução do FFI.

A avaliação incidirá sobre a carteira de operações de subvenção e a estrutura de governação do FFI, bem como sobre as suas orientações estratégicas, regras, procedimentos e práticas de trabalho. Concentrar-se-á no FFI enquanto instrumento da Parceria UE-África para as Infraestruturas, mais do que na avaliação do desempenho dos projetos que beneficiam de apoio do FFI, tendo em conta que os projetos de infraestruturas regionais demoram vários anos a preparar e executar. Enquanto que os resultados dos projetos podem ser bastante fáceis de mensurar, para avaliar corretamente o seu impacto no desenvolvimento são necessários vários anos. Prevê-se que a avaliação intercalar seja concluída em meados de 2012.

O Grupo de Financiadores⁸

Os financiadores do Fundo Fiduciário são instituições com competências na área dos projetos de desenvolvimento internacionais nomeadas pelos doadores.

Cooperam e coordenam as suas ações no âmbito de um grupo informal denominado Grupo de Financiadores - GF, pelo qual têm de passar obrigatoriamente os pedidos de operações de subvenção antes de serem apresentados ao Comité Executivo para aprovação. Como condição prévia a esta apresentação, os financiadores analisam e avaliam os projetos e formulam recomendações específicas ao Comité Executivo. Para cada operação de subvenção é nomeado um Financiador Principal, de comum acordo entre os potenciais cofinanciadores do GF. O GF reuniu-se seis vezes em 2011 para analisar a sua reserva de projetos e os seus procedimentos operacionais. O GF constitui um fórum único para a partilha de competências técnicas e operacionais e para a colaboração e o cofinanciamento de investimentos em infraestruturas em África. As prioridades mais genéricas de cooperação e de investimento em infraestruturas foram debatidas numa reunião extraordinária com o Grupo de Trabalho que supervisiona a preparação do Programa para o Desenvolvimento das Infraestruturas em África, conhecido pela sigla PIDA.



⁸ A lista da totalidade dos financiadores consta do Anexo 4 do presente relatório.



A SOFID, um membro do Grupo de Financiadores, promove o FFI



Durante o ano de 2011, a SOFID emvidou grandes esforços para promover o FFI, tendo organizado diversas sessões de apresentação do Fundo. Entre estas destacam-se o workshop realizado em Luanda sob o tema «Promovendo Oportunidades de Financiamento do Investimento em Angola» e o evento «FFI – Oportunidades de negócio para as empresas portuguesas» em Lisboa.

O workshop de Luanda foi um evento de alto nível que contou com a presença do Ministro da Economia de Angola, Abraão Gourgel, e do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais de Portugal, Sérgio Vasques. Assistiram à apresentação formal do FFI 50 representantes de empresas portuguesas e angolanas.

O evento «FFI – Oportunidades de negócio para as empresas portuguesas», organizado em Lisboa em parceria com o Ministério das Finanças e da Administração Pública, contou com a presença da Secretária de Estado do Tesouro e Finanças e do Governador do Banco de Portugal. A ocasião serviu para apresentar o FFI a 60 representantes de um conjunto de empresas portuguesas com investimentos em África, que receberam explicações detalhadas sobre o objetivo do FFI de promover oportunidades de investimento através da conjugação de financiamentos com subvenções e sobre a sua estrutura e modo de funcionamento. A audiência teve ainda oportunidade de obter aconselhamento específico dos funcionários do SOFID durante o evento.

Os financiadores partilham as suas competências técnicas com o Comité Executivo através de documentos de síntese sobre temas que têm impacto no funcionamento do FFI e promovem a sua eficácia. Entre os temas abordados em 2011 contam-se os desembolsos, os instrumentos de mitigação do risco e as bonificações de juros.

Para além das suas reuniões regulares, o GF lançou, juntamente com peritos do Comité Executivo, três debates temáticos sobre transportes, energia e água, com o intuito de partilhar experiências sobre as necessidades e dificuldades associadas aos projetos de infraestruturas em África e sobre ideias para a definição de prioridades, a cooperação e o reforço da reserva de projetos do FFI. Nestes encontros temáticos foi realçada a importância de envolver as delegações da UE, enquanto parceiros fortes, na preparação e coordenação dos projetos.

O Gestor do FFI

O Banco Europeu de Investimento, na qualidade de gestor do FFI, é responsável pela gestão da tesouraria e pela elaboração da informação financeira e das contas

do FFI. Compete-lhe, designadamente, preparar e elaborar as demonstrações financeiras anuais auditadas do FFI, que figuram em anexo ao presente Relatório, e as demonstrações financeiras semestrais não auditadas, transferir os fundos do FFI para os financiadores e administrar o Secretariado do Fundo Fiduciário.

O Secretariado do FFI

O Secretariado participa em todas as reuniões do Comité Executivo e do GF, bem como nas reuniões de outras iniciativas de desenvolvimento das infraestruturas africanas. Ocupa, por isso, um lugar central em todo o processo de governação do FFI e serve de centro de contacto permanente para as partes interessadas nas atividades do FFI.

O Secretariado, embora funcione nas instalações do BEI enquanto Gestor do Fundo, reporta e presta contas ao Comité Executivo. Tem como funções principais: apoiar o Comité Executivo no sentido de garantir a eficácia das operações do Fundo Fiduciário na prossecução dos objetivos mais amplos da Parceria para as Infraestruturas; encetar um diálogo regular

com todos os doadores; colaborar, sempre que lhe seja solicitado, com os parceiros africanos, como a NEPAD; organizar as reuniões do Comité Executivo e do GF e publicar as atas ou sínteses destas reuniões; elaborar o relatório semestral de monitorização e os relatórios anuais; garantir a visibilidade do Fundo Fiduciário e monitorizar as suas atividades.

No que diz respeito à monitorização, importa distinguir dois tipos de processos. Em primeiro lugar, a monitorização ao nível dos projetos, que é da responsabilidade do Financiador Principal. Em segundo lugar, a monitorização ao nível da carteira do FFI, que é assegurada pelo Secretariado com base nas informações fornecidas pelos Financiadores Principais.

Em 2011, o Secretariado coordenou o processo de elaboração e debate de notas técnicas apresentadas pelo GF ao Comité Executivo sobre os problemas que afetam a eficácia e eficiência do FFI, tais como as condições aplicáveis às bonificações de juros, a participação dos intermediários financeiros em projetos apoiados pelo FFI, a pertinência de certos atrasos nos desembolsos e a disponibilização de instrumentos de mitigação do risco.

O Secretariado mantém o sítio Web do FFI, desenvolveu um Sistema de Informação Geográfica e

produziu um breve filme com o objetivo de partilhar informações, de promover o Fundo e de contribuir para a sua visibilidade.

Aumentar a visibilidade do FFI

O sítio Web do FFI <http://www.eu-africa-infrastructure-tf.net/> é usado como instrumento de informação genérica destinada ao grande público e como canal para fornecer documentação de acesso restrito a determinadas partes interessadas. As estatísticas do sítio Web têm revelado uma tendência positiva tanto em termos de número de visitas individuais, que aumentaram de 776 em janeiro de 2011 para 1 327 em novembro de 2011, como de páginas consultadas, que subiram de 3 644 em janeiro de 2011 para 6 385 em novembro de 2011.

O GIS <http://www.itf-gis.net/> permite aos visitantes localizar visualmente os projetos apoiados pelo FFI no vasto território do continente africano.

Foi produzido um breve filme promocional⁹ para ilustrar a «diferença» que o FFI pode fazer na vida dos cidadãos comuns e das empresas. O filme é um relato visual do desempenho do Fundo numa fase anterior à recolha e análise de indicadores *ex post*.

Relato do realizador de um filme promocional sobre o Fundo Fiduciário



Em abril de 2011, a agência EU-turn e a produtora DoubleDouble foram selecionadas para realizar um filme sobre o Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas (FFI). A nossa missão consistia em contactar os diversos beneficiários de dois projetos apoiados pelo FFI.

Primeira paragem: Dar es Salaam, Tanzânia. Este é o ponto da costa onde o cabo submarino de fibra ótica EASSy foi ligado à Tanzânia em julho de 2010. Acompanhados pela operadora tanzaniana ZANTEL, ouvimos os testemunhos das pessoas cujas vidas melhoraram graças à

contribuição do FFI. Descobrimos que a chegada da internet de alta velocidade veio realmente acrescentar valor à vida da população. Abriam-se novos horizontes, surgiram novas oportunidades para o comércio internacional, passou a ser possível aceder a informações até então inacessíveis, diminuiu o tempo de resposta para os projetos comerciais, etc.

Alguns dias depois, seguimos de avião para Cotonu, a capital do Benim, onde nos esperava um projeto completamente diferente: a modernização das principais linhas de eletricidade do país. Sabíamos que a cidade de Cotonu era com frequência afetada por cortes de energia e quebras de tensão. Mas não fazíamos a mínima ideia do impacto que estas ocorrências



⁹ Disponível em <http://www.eu-africa-infrastructure-tf.net/infocentre/publications/itf-video-improving-lives-of-people-in-africa.htm> ou em formato DVD junto do Secretariado do FFI.



Um sistema de informação geográfica para os projetos apoiados pelo FFI:

No início de 2011, o Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas criou um sítio Web de informação geográfica, o «FFI-GIS». O GIS permite a qualquer pessoa selecionar e visualizar num mapa a localização de um projeto que beneficia de apoio do FFI, assim como as principais informações sobre esse projeto e as subvenções que recebe do FFI.

Atualmente, o instrumento apresenta cerca de 40 projetos aprovados, em curso ou já concluídos.

O GIS também é usado como plataforma de partilha de informações sobre projetos com outras instituições que participam no planeamento e no financiamento de infraestruturas, como a NEPAD-IPPF. Desta forma, o sistema serve igualmente para o intercâmbio de informações sobre a reserva de projetos de infraestruturas com dimensão continental ou regional.



podiam ter na população. Rapidamente, porém, nos apercebemos da gravidade da situação. Um gestor da Communauté Électrique du Bénin (CEB) levou-nos ao maior hospital da cidade onde todos os dias ocorrem cortes de energia. Em qualquer momento, uma cirurgia pode ser interrompida, muitas vezes com consequências dramáticas.

Estas filmagens foram uma experiência incrível para nós e abriram-nos os olhos para a realidade. Muitas vezes, só tomamos conhecimento dos projetos de financiamento de

infraestruturas através da leitura de relatórios, mas estes encontros no terreno permitiram-nos avaliar o alcance dos problemas em causa e o verdadeiro valor acrescentado que o FFI proporciona às populações em África.

Esta foi não só uma experiência compensadora em termos profissionais, como também uma verdadeira aventura humana.

Laurent STINE
Realizador da DoubleDouble







O FFI em 2011

2011, o quarto ano completo de atividade do FFI, foi mais um ano de sucesso em que se registaram diversos progressos e inovações.

Operações de subvenção aprovadas em 2011



O Comité Executivo do FFI recebeu e aprovou 19 pedidos de operações de subvenção no valor total de 86,1 milhões de EUR.

Operação de subvenção	Região	Setor	Tipo	Financiador Principal do GF	Montante da subvenção aprovada
Ligação da Mauritânia ao Cabo Submarino	África Ocidental e Sahel	TIC	BJ	BEI	1 574 000
Rede Principal de Moçambique (CESUL)	África Austral	Energia	AT	AFD	1 500 000
Interconector elétrico CLSG	África Ocidental e Sahel	Energia	AT	BEI	1 750 000
Expansão ferroviária multimodal do porto de Dar Es Salaam	África Oriental	Transportes	AT	KfW	257 000
Sistema transfronteiriço de abastecimento de água de Calueque (Angola) – Oshakati (Namíbia)	África Austral	Água	AT	KfW	2 400 000
Central hidroelétrica de Muchinga	África Austral	Energia	AT	PIDG	2 619 000
IC WAPP Gana-Burquina-Mali	África Ocidental e Sahel	Energia	AT	AFD	1 200 000
Projeto da Ponte e do Posto de Fronteira de Kazungula	África Austral	Transportes	AT	BAD	1 000 000
Reabilitação da Grande Estrada do Leste	África Austral	Transportes	BJ	AFD	2 900 000
Aeroporto de Maputo	África Austral	Transportes	AT	AFD	1 600 000
BOAD – Desenvolvimento de um SGSA	África Ocidental e Sahel	Multissetorial	AT	BAD	400 000
Instrumento de Mitigação do Risco Geotérmico	África Oriental	Energia	SD	KfW	30 000 000
Interconector de Bolgatanga-Uagadugu	África Ocidental e Sahel	Energia	BJ	BEI	6 700 000
			BJ	AFD	2 800 000
			AT	AFD	4 800 000
Linha de transporte de energia de Kafue-Livingstone	África Austral	Energia	BJ	BEI	5 200 000
			AT	BEI	350 000
Corredores Rodoviários da África Central e Ocidental	África Central	Transportes	AT	BEI	2 500 000
Corredor de Transportes da África Oriental	África Oriental	Transportes	BJ	BEI	16 600 000
					86 150 000

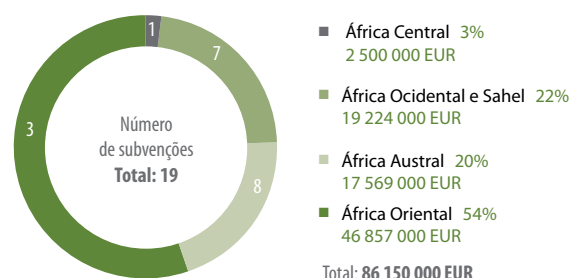


Operações de subvenção do FFI aprovadas em 2011:

Por região

Mais de 50 % (46,9 milhões de EUR) do montante das operações de subvenção aprovadas destinaram-se a três projetos na região da África Oriental, com uma subvenção direta de 30 milhões de EUR para o Instrumento de Mitigação do Risco Geotérmico. Oito operações de subvenção (17,6 milhões de EUR para sete projetos) foram aprovadas para projetos na região da África Austral, sete operações de subvenção (19,2 milhões de EUR para cinco projetos) foram aprovadas para projetos na região da África Ocidental e uma operação de subvenção (2,5 milhões de EUR para um projeto) foi aprovada para projetos na região da África Central.

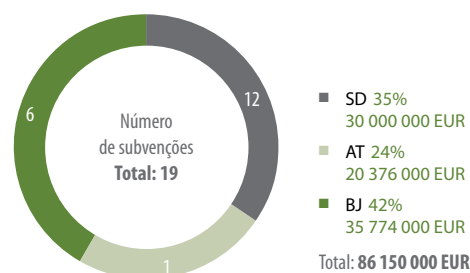
Figura 1
Por região



Por tipo de subvenção

A subvenção direta destinada ao Instrumento de Mitigação do Risco Geotérmico representa 35 % de todas as subvenções aprovadas em 2011 e constitui, por isso, um elemento excepcional nesta estatística. As restantes subvenções (12 operações de AT no valor de 20,4 milhões de EUR e seis bonificações de juros no valor de 35,8 milhões de EUR) enquadram-se perfeitamente na tendência observada nos últimos anos: menos subvenções para bonificações de juros, mas de valor mais elevado, e o dobro de subvenções para assistência técnica para apenas um quarto do total de montantes aprovados.

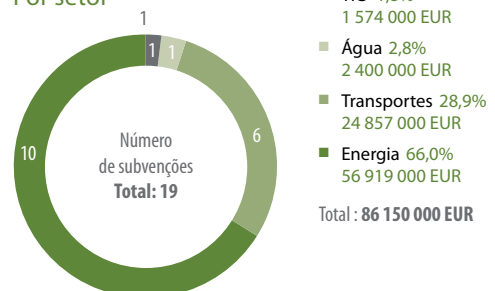
Figura 2
Por tipo de subvenção



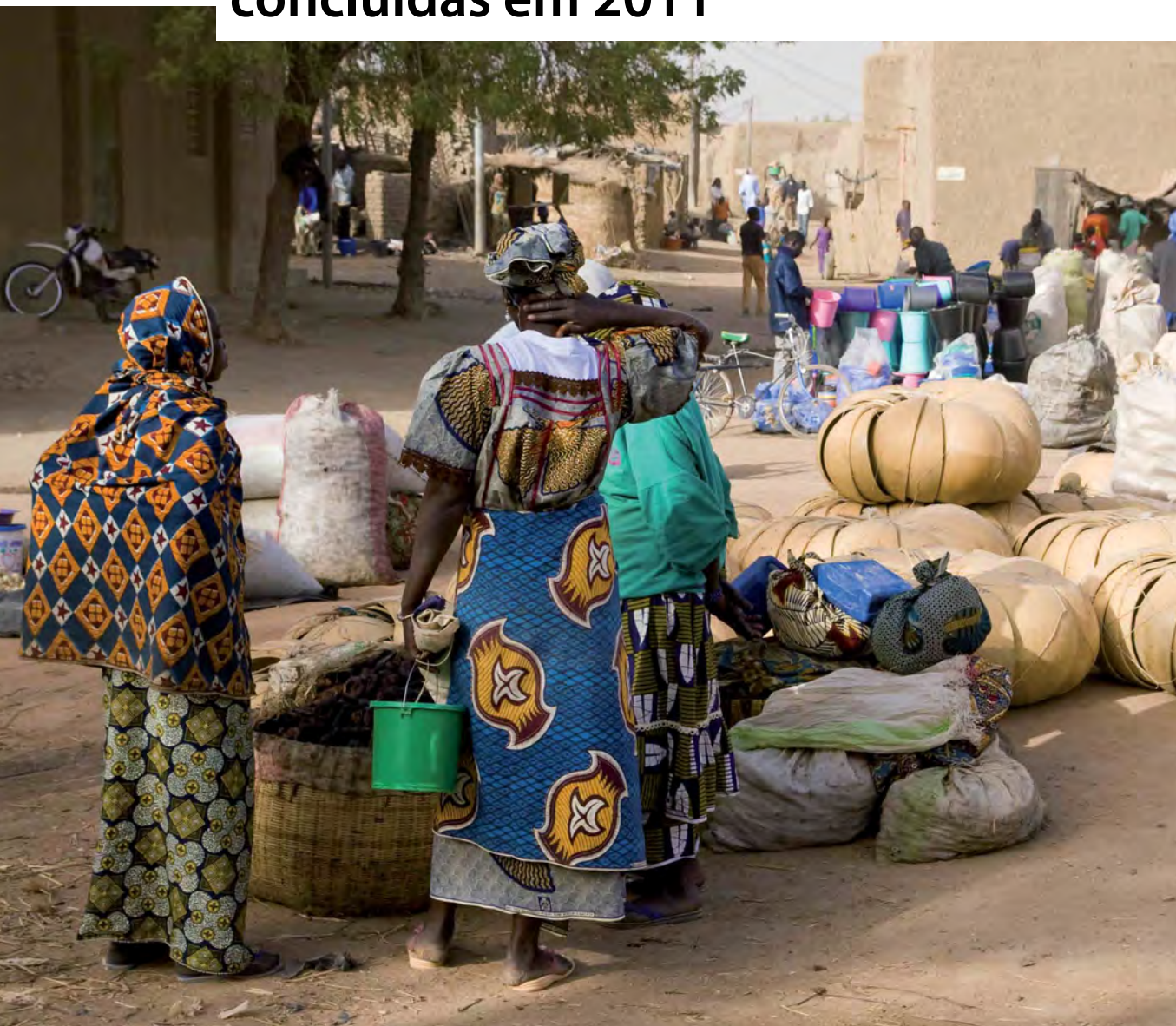
Por setor

Com 66 % dos montantes de subvenções aprovadas em 2011, e um total de 10 em 19 operações de subvenção aprovadas, o FFI é um grande apoiante do setor da energia. Esta situação corresponde perfeitamente à vontade política de resolver os problemas energéticos a todos os níveis e de mobilizar mais recursos para apoiar o desenvolvimento do setor energético em África.

Figura 3
Por setor



Operações de subvenção concluídas em 2011



Nenhuma das operações de subvenção aprovadas e em curso foi concluída em 2011. Duas operações de subvenção aprovadas em princípio foram retiradas pelo Financiador Principal responsável e, como tal, não serão prosseguidas pelo FFI. Trata-se de uma subvenção para assistência técnica destinada a financiar estudos preparatórios com vista à ampliação do terminal de contentores de Port Louis, na Maurícia,

e uma subvenção para prémios de seguros aprovada em princípio para o financiamento pelo KfW da reabilitação da central hidroelétrica de Kainji, na Nigéria. O KfW retirou o seu financiamento a este projeto depois de a avaliação das propostas, em agosto de 2011, ter revelado que não era necessário financiamento adicional; o projeto será integralmente financiado pelo Banco Mundial.



Descrição das subvenções do FFI aprovadas em 2011



Ligação da Mauritânia ao Cabo Submarino: ligação da Costa Ocidental Africana à Europa

O projeto visa a ligação da Mauritânia ao sistema de cabo «Africa Coast to Europe» (ACE). Lançado pela France Télécom-Orange e administrado por um consórcio de 17 operadores, o projeto do cabo submarino ACE ligará a Europa à costa ocidental africana através da tecnologia de fibra ótica e de banda larga ultrarrápida. Graças ao cabo ACE, que deverá ficar operacional em 2012, sete países – Gâmbia, Guiné, Guiné Equatorial, Libéria, Mauritânia, São Tomé e Príncipe e Serra Leoa – terão pela primeira vez acesso à rede mundial de banda larga, que lhes permitirá o lançamento de novos serviços. Países sem acesso ao litoral, como o Mali e o Níger, também serão ligados através da rede terrestre.

O BEI concedeu um empréstimo de 8 milhões de EUR ao Governo da Mauritânia para o financiamento da sua participação de 35 %, através da Mauripost, na

Financiador Principal	BEI
Setor	TIC
Tipo de subvenção	BJ
Montante da subvenção	1 574 000 EUR
Data de aprovação	04.02.2011
Estado	Em fase de desembolso

empresa International Mauritania Telecom (IMT), o parceiro mauritano no consórcio do cabo ACE. O cabo submarino melhorará significativamente a conectividade internacional da Mauritânia, proporcionando a este e a outros países sem litoral que futuramente poderão vir a ser ligados ao cabo acesso a infraestruturas de telecomunicações de banda larga e sustentando o livre acesso através de uma regulamentação e concorrência eficazes, que se traduzirão em preços mais baixos para os utilizadores finais.

O contrato de financiamento entre o BEI e a República Islâmica da Mauritânia foi assinado em 20 de dezembro de 2010 e o primeiro desembolso do

empréstimo teve lugar em 8 de setembro de 2011; uma primeira tranche da subvenção do FFI no valor de 1,3 milhões de EUR foi transferida para o BEI a título de bonificação de juros. O Banco deverá receber um segundo (e último) pedido de desembolso do empréstimo por parte da Mauripost. O serviço da dívida tem sido moroso (o Governo da Mauritânia demorou quase três meses a pagar as comissões de imobilização devidas em abril de 2011 e outubro de 2011) por causa das dificuldades de acesso a divisas.

«A assinatura do contrato de financiamento representa um importante contributo do BEI para a concretização da política de desenvolvimento de infraestruturas prosseguida pelo Governo da Mauritânia, sobretudo no que diz respeito à implementação nacional e internacional de uma rede de transmissão de alta velocidade, que é essencial para a modernização, a descentralização governamental e a melhoria dos serviços públicos.»

Ould Khouna,
Ministro do Emprego,
da Formação Profissional
e das Novas Tecnologias



«O Banco Europeu de Investimento reconhece o enorme valor que a ligação de alta velocidade entre a África e o resto do mundo representa para o desenvolvimento. A ligação da Mauritânia ao cabo Africa Coast to Europe (ACE) melhorará as oportunidades da população mauritana.»

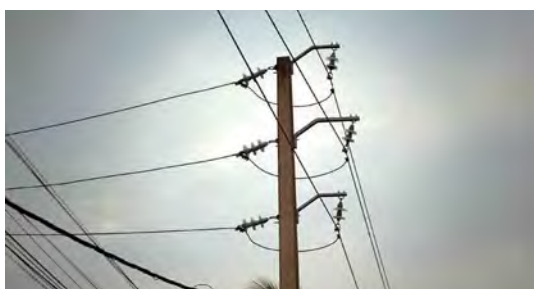
Plutarchos Sakellaris,
Vice-Presidente do Banco Europeu de Investimento
responsável pelas operações de financiamento em África

«A Delegação da UE em Nouakchott congratula-se com a assinatura deste projeto, que melhorará substancialmente o acesso da Mauritânia à Internet e aumentará a sua conectividade internacional, de um modo particular com a Europa. Trata-se de um projeto emblemático para o reforço das já bem cimentadas relações entre a Mauritânia e a União Europeia.»

Hans-Georg Gerstenlauer,
Embaixador e Chefe da Delegação da União Europeia
na República Islâmica da Mauritânia



Rede Principal de Moçambique (CESUL): melhorar o transporte de energia elétrica em Moçambique



O Governo de Moçambique pretende, através da sua empresa pública Electricidade de Moçambique (EDM), constituir uma nova entidade pública, a EDM-Investment (EDMI), para apoiar os grandes investimentos a realizar no setor da produção e do transporte de eletricidade. Estes consistem no reforço das linhas de transporte e no aumento do número de centrais de produção. Os principais projetos de produção de eletricidade, designadamente Mphanda Nkuwa (capacidade de 1 500 MW) e Cahora Bassa Norte (capacidade de 1 245 MW), e a linha de

Financiador Principal	AFD
Setor	Energia
Tipo de subvenção	AT
Montante da subvenção	1 500 000 EUR
Data de aprovação	24.02.2011
Estado	Aguarda o primeiro desembolso

transporte que deverá ligar estas duas barragens à denominada «Rede Principal de Moçambique, Tete-Maputo» encontram-se, neste momento, em fase de preparação ativa. Prevê-se que venham a produzir eletricidade em 2017 ou 2018. A AFD usou a subvenção do FFI no valor de 1,5 milhões de EUR para financiar a constituição e o arranque das atividades da EDMI, que será a sociedade detentora de participações em diversas entidades instrumentais de projetos de produção e transporte de energia elétrica, entre as quais se destaca uma participação maioritária na Rede Principal de Moçambique.

O FFI também disponibilizou uma subvenção de 700 000 EUR em 2009 para o financiamento de uma Avaliação Ambiental e Social Estratégica Regional (AASER). O fecho financeiro do projeto está previsto para o final de 2012, pelo que se exige uma preparação adequada e célere do projeto.

Projeto de Interconector Elétrico CLSG

O projeto de Interconector Elétrico CLSG implicará a construção de aproximadamente 1 300 km de linhas de transporte de alta tensão com passagem pela Costa do Marfim, Libéria, Serra Leoa e Guiné, bem como a construção de doze novas subestações de alta tensão, ou a ampliação das existentes, em Man, Nzérékore, Linsan, Yekepa, Buchanan, Monrovia, Mano, Kenema, Bikongor, Bumbuna, Yiben e Kamakwie. O projeto será gerido e implementado por uma sociedade de propósito específico cujos acionistas serão as companhias públicas dos quatro países, nomeadamente a Electricité de Guinée, a Liberia Electricity Corporation, a Sierra Leone Electricity Corporation e a Société de Gestion du Patrimoine du Secteur de l'Electricité - SOGEPE. Os quatro países deverão assinar um tratado no

Financiador Principal	BEI
Setor	Energia
Tipo de subvenção	AT
Montante da subvenção	1 750 000 EUR
Data de aprovação	23.03.2011
Estado	Aguarda o primeiro desembolso



início de 2012 para garantir um enquadramento favorável e harmonizado no qual a sociedade de propósito específico possa desenvolver a sua atividade.

O custo total do projeto está estimado em 326 milhões de EUR. Para além do BEI, o KfW, o BAD e o Banco Mundial manifestaram interesse em financiar este projeto através de uma combinação de subvenções e empréstimos em condições muito favoráveis. O fecho financeiro deste projeto está previsto para meados de 2012.

Na sequência de uma primeira subvenção do BEI para assistência técnica no valor de 3 milhões de

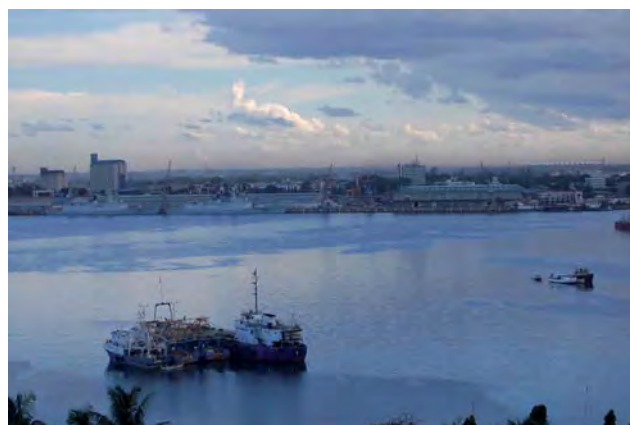
EUR, usada para financiar os estudos preparatórios, foi disponibilizada em 2011 uma segunda subvenção no valor máximo de 1,75 milhões de EUR para o financiamento dos serviços do perito técnico (engenheiro do promotor) enquanto se aguarda a adjudicação dos contratos de engenharia, aprovisionamento e construção do projeto. O engenheiro do promotor também providenciará, numa fase inicial, um reforço de capacidades temporário do Grupo de Energia da África Ocidental (WAPP) e, numa fase posterior, da unidade de execução do projeto. O concurso para o recrutamento do engenheiro do promotor deverá ser lançado durante o primeiro trimestre de 2012.

Reforçar a competitividade do porto de Dar Es Salaam

A competitividade do porto de Dar Es Salaam, na Tanzânia, é gravemente prejudicada pela sua sobrecarga crónica. A reorganização das operações ferroviárias nos terminais de contentores permitirá triplicar ou quadruplicar o tráfego de contentores (respetivamente para 1,2 ou 1,5 milhões de unidades equivalentes a vinte pés (TEU)) entre 2020 e 2050, comparativamente com o pico de atividade de 390 000 TEU atingido em 2008.

O Governo da Tanzânia deverá usar a subvenção do FFI para financiar um estudo de pré-viabilidade que avaliará as possibilidades de expansão do território portuário, a fim de permitir a deslocação do terminal de contentores para fora do seu perímetro atual. Os termos e as condições do concurso já foram acordados e a documentação do concurso está a ser elaborada para publicação no primeiro semestre de 2012.

Financiador Principal	KfW
Setor	Transportes
Tipo de subvenção	AT
Montante da subvenção	257 000 EUR
Data de aprovação	23.03.2011
Estado	Aguarda o primeiro desembolso





Sistema transfronteiriço de abastecimento de água de Calueque (Angola) – Oshakati (Namíbia)

O canal existente com cerca de 150 km de extensão fornece água potável e de rega ao norte da Namíbia. Enfrenta graves problemas ao nível de fugas de água, poluição e sedimentação que implicam elevados custos de manutenção e tratamento. A infraestrutura foi danificada devido à guerra civil em Angola e à extração ilegal de água. Atualmente, o canal abastece 800 000 pessoas e, graças aos trabalhos em curso, o abastecimento será, em breve, alargado a mais 100 000 consumidores no sul de Angola.

A subvenção para assistência técnica servirá para financiar um estudo de pré-viabilidade e um estudo de viabilidade. O estudo de pré-viabilidade, que terá um custo máximo de 300 000 EUR, servirá para analisar a situação em termos de procura e abastecimento de água no local, para ponderar qual a melhor solução de transporte de água e para calcular os custos. Existem dois cenários

Financiador Principal	KfW
Setor	Água
Tipo de subvenção	AT
Montante da subvenção	2 400 000 EUR
Data de aprovação	25.05.2011
Estado	Aguarda o primeiro desembolso

possíveis: a reabilitação do canal aberto ou a construção de uma conduta enterrada. O estudo servirá ainda para elaborar o caderno de encargos para o estudo de viabilidade relativo ao cenário que vier a ser escolhido.

O estudo de viabilidade terá um custo máximo de 2 100 000 EUR e incluirá uma análise detalhada das previsões de procura de água e da correspondente infraestrutura de distribuição necessária, um estudo geológico, um projeto pormenorizado da solução técnica escolhida, uma análise de custo/benefício e recomendação tarifária, um estudo de impacto ambiental, uma avaliação da situação em termos de saneamento e águas residuais, uma análise socioeconómica e a elaboração da documentação do concurso. O lançamento do concurso está agendado para abril de 2012.

Aeroporto Internacional de Maputo: Planeamento dos trabalhos de reabilitação das instalações do lado ar

O projeto visa a reabilitação e beneficiação das infraestruturas do lado ar do aeroporto internacional de Maputo, incluindo as pistas, os caminhos de circulação, as placas e a iluminação do aeroporto. Com vista à preparação deste projeto, a Agence Française de Développement financiou um estudo preliminar em 2010, que confirmou a necessidade de avançar com este projeto.

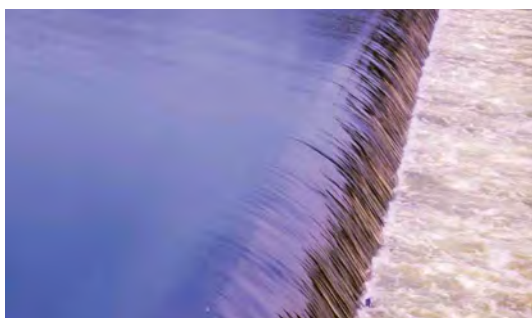
A subvenção para assistência técnica financiará os serviços de consultoria para o planeamento das obras de reabilitação das infraestruturas do lado ar do aeroporto internacional de Maputo e assegurará a necessária análise, conceção e documentação dos trabalhos de reabilitação e modernização. O consultor terá de realizar as investigações de campo e os estudos de planeamento que se afigurem necessários para determinar as características geométricas e funcionais do pavimento e das estruturas de drenagem, que deem resposta às previsões de tráfego para os 20 anos de vida do projeto. Além

Financiador Principal	AFD
Setor	Transportes
Tipo de subvenção	Assistência técnica
Montante da subvenção	1 600 000 EUR
Data de aprovação	05.07.2011
Estado	Aguarda o primeiro desembolso

disso, terá de elaborar a documentação para o concurso e prestar assistência à Aeroportos de Moçambique E.P. (ADM) na avaliação das propostas recebidas e na negociação dos contratos com o vencedor do concurso.

Em dezembro de 2011, foi assinado um acordo entre a AFD e a ADM, que autoriza esta última a celebrar um contrato de consultoria para a prestação destes serviços. Foi lançado um concurso público para a contratação destes serviços: 26 empresas manifestaram interesse no concurso, seis das quais foram pré-selecionadas pela ADM. O consultor deverá começar a prestar os seus serviços em junho de 2012 e concluí-los até janeiro de 2013. As obras de reabilitação propriamente ditas deverão arrancar mais para o final de 2013.

Projeto hidroelétrico de Muchinga



O projeto hidroelétrico de Muchinga situa-se na província central da Zâmbia no desfiladeiro do rio Gorge, cerca de 70 km a leste de Kabwe. O projeto de Muchinga irá explorar o potencial hidroelétrico da combinação das correntes dos rios Lunsemfwa e Mkushi, aproveitando uma barragem existente no rio Lunsemfwa em Mita Hills. Está também prevista a construção de uma nova barragem em arco na garganta do rio Mkushi e de uma nova central elétrica cerca de 25 km a jusante. De acordo com a avaliação preliminar, o projeto não necessitará de quaisquer medidas de realojamento, dada a natureza isolada do local. As previsões do projeto apontam para que a energia produzida seja vendida a

Financiador Principal	Private Infrastructure Development Group (PIDG)
Setor	Energia
Tipo de subvenção	AT
Montante da subvenção	2 619 000 EUR
Data de aprovação	05.07.2011
Estado	Aguarda o primeiro desembolso

consumidores da Namíbia, do Botsuana e da Zâmbia. Depois de concluído, o projeto fornecerá cerca de 225 MW de nova capacidade hidroelétrica ao Grupo de Energia da África Austral (SAPP).

O PIDG utilizará a subvenção do FFI para financiar os trabalhos geotécnicos, hidrológicos e técnicos necessários, os estudos de mercado e a elaboração e adjudicação dos contratos para o projeto. O concurso para a prestação destes serviços foi lançado em julho de 2011 e manter-se-á aberto durante a fase de desenvolvimento do projeto, que deverá prolongar-se até ao final de 2014. Uma vez que se trata de um projeto de grande amplitude, será necessário algum cuidado no seu desenvolvimento, não se prevenindo que o fecho financeiro e o arranque da construção venham a ocorrer antes do final de 2014. A construção do projeto durará muito provavelmente três anos, o que significa que a produção de energia apenas deverá iniciar-se em 2017.

Projeto de IC WAPP Gana- Burquina-Mali

O projeto consiste numa linha de interconexão elétrica regional com cerca de 800 km que estabelecerá a ligação entre Tumu (norte de Gana), Bobo-Dioulasso (Burquina Faso) e Sikasso/Bamako (Mali). À semelhança de outros projetos de transporte de energia elétrica do Grupo de Energia da África Ocidental, também este visa fornecer uma energia mais sustentável, fiável e a preços razoáveis, numa região onde menos de 20 % da população tem acesso à eletricidade. O projeto tem ainda por objetivo contribuir para a criação, no médio a longo prazo, de uma rede regional e de um mercado da energia na África Ocidental, permitindo assim trocas comerciais de eletricidade entre países costeiros como o Gana,

Financiador Principal	AFD
Setor	Energia
Tipo de subvenção	AT
Montante da subvenção	1 200 000 EUR
Data de aprovação	05.07.2011
Estado	Aguarda o primeiro desembolso

que têm acesso a recursos energéticos mais baratos (hidroelétricos e termais) e países do interior do Sahel, como o Burquina Faso e o Mali.

A AFD usará a subvenção de assistência técnica para concluir a documentação preparatória do projeto, para solucionar problemas técnicos, ambientais, económicos e financeiros e para garantir o cumprimento de todos os requisitos de análise prévia.



Projeto da Ponte e do Posto de Fronteira de Kazungula

O projeto da Ponte e do Posto de Fronteira de Kazungula, promovido pelos Governos do Botsuana e da Zâmbia, é um projeto multinacional situado no Corredor de Transportes Norte-Sul (NTSC) na região da SADC e faz parte de um programa de beneficiação das infraestruturas ao longo deste corredor. Integrado na rede rodoviária transafricana, que liga a sub-região da África Austral às sub-regiões da África Central e do Norte, este corredor é o mais extenso e movimentado itinerário dos corredores regionais com uma rede de 10 500 km e uma média diária de 50 000 veículos-quilómetros (i.e. distância total coberta diariamente pelo tráfego de mercadorias).

As economias servidas pelo corredor representam cerca de 40 % do PIB da África Subsariana e são, por isso, importantes contribuintes para o desenvolvimento económico africano. O corredor atravessa a vasta bacia hidrográfica do rio Zambeze e o tráfego comercial depende atualmente de uma única ponte principal e do posto fronteiriço em Chirundu, no Zimbabué, onde os veículos pesados de mercadorias estão sujeitos a longas demoras no trânsito. Estas devem-se essencialmente à falta de capacidade e à ineficiência das operações fronteiriças, o

Financiador Principal	BAD
Setor	Transportes
Tipo de subvenção	AT
Montante da subvenção	1 000 000 EUR
Data de aprovação	05.07.2011
Estado	Aguarda o primeiro desembolso

que acaba por afetar os fluxos comerciais inter-regionais e intrarregionais. Nos outros pontos de travessia, nomeadamente nas cataratas de Vitória e em Kazungula, existem limitações devido à falta de capacidade da ponte e do ferryboat, respetivamente. Em Kazungula, a passagem demora, em média, 30 horas, uma espera agravada pela falta de fiabilidade (50 % de utilização) do ferryboat existente no local. Um requisito fundamental do projeto e a justificação para a participação do BAD estão no facto de o projeto facilitar o acesso aos parceiros comerciais regionais e internacionais, reduzindo as incertezas e os elevados custos de transporte e atrasos nas fronteiras, designadamente para os países sem litoral, como a Zâmbia e o Botsuana.

O projeto prevê a construção de uma nova ponte rodo-ferroviária de 0,93 km sobre o rio Zambeze, que ligará o Botsuana à Zâmbia e substituirá a atual ligação por *ferryboat*, bem como postos fronteiriços de paragem única e cerca de 10 km de vias de



Sob a liderança do BAD enquanto financiador principal, os Governos da Zâmbia e do Botsuana, com o apoio do Secretariado da SADC, são os principais promotores do projeto. Situado no NSTC, o mais movimentado e extenso dos corredores regionais, que atravessa e liga as economias ricas em recursos minerais da África Oriental, Central e Austral, o projeto reveste-se de importância para as Comunidades Económicas Regionais vizinhas COMESA e CAO. Sendo o NSTC um projeto-piloto ao abrigo do Programa de Ajuda ao Comércio patrocinado pela COMESA-CAO-SADC, cujo mandato consiste em melhorar o estado das infraestruturas físicas de transportes e o quadro regulamentar do comércio e dos transportes nestas regiões, a apropriação e a influência do projeto estende-se para além dos seus principais financiadores. A nível regional, as atividades dos doadores e de desenvolvimento do NSTC são coordenadas entre a SADC, a COMESA e os Parceiros de Cooperação Internacionais (ICP) e implementadas pelo Grupo de Trabalho conjunto SADC-ICP. Outras agências multilaterais, como o Grupo de Trabalho Tripartido COMESA/SADC/CAO, facilitam, por força dos seus mandatos e interesses específicos, a coordenação entre os doadores no intuito de alcançarem os seus objetivos para o corredor. O Secretariado da SADC assume normalmente a liderança na coordenação dos aspetos facilitadores do comércio no corredor e foi quem realizou o estudo de viabilidade e a conceção detalhada do projeto. A SADC esteve também ativamente representada no Comité Diretor conjunto do projeto.



acesso. O projeto contempla ainda a implementação de procedimentos e políticas de facilitação do comércio e de gestão das fronteiras, atividades de assistência técnica e de reforço de capacidades, assim como aspetos sociais e ambientais.

O Banco Africano de Desenvolvimento mobilizou recursos não reembolsáveis do Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas a fim de financiar, juntamente com o empréstimo do BAD, os indispensáveis elementos de reforço das capacidades. A subvenção para assistência técnica do FFI divide-se em duas fases. A 1.ª fase (1 milhão de EUR, aprovados em julho de 2011) financiará o reforço de capacidades e o desenvolvimento organizacional da Kazungula Bridge Authority, o apoio ao nível da gestão de

projetos para a equipa de execução do projeto, bem como a conceção e implementação de procedimentos harmonizados de facilitação do comércio e dos transportes e de gestão das fronteiras.

A 2.ª fase (1,77 milhões de EUR), se for aprovada pelo Comité Executivo do Fundo Fiduciário, servirá para financiar as atividades pós-construção que incluem a formulação da estratégia de exploração e manutenção da infraestrutura.

Depois da aprovação, em 7 de dezembro de 2011, do empréstimo concedido pelo BAD aos países participantes, a próxima etapa do ciclo do projeto será a contratação dos serviços de assistência técnica para as duas fases acima descritas.



Reabilitação da Grande Estrada do Leste

O projeto visa a beneficiação de cerca de 360 km da estrada com faixa de rodagem única na Grande Estrada do Leste, que liga a Zâmbia central à sua província oriental, bem como ao Corredor de Nacala, um corredor de transporte regional que liga o Malávi e a Zâmbia ao porto de águas profundas de Nacala, em Moçambique. O projeto será cofinanciado pela CE, pelo BAD, pelo BEI e pela AFD.

A subvenção para assistência técnica, já aprovada em 2010, está a ser usada para financiar serviços de consultoria com vista a garantir que as obras nos troços da estrada a cofinanciar pelo Banco Europeu de Investimento e pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento serão geridas de acordo com as normas de qualidade previstas e a melhorar os sistemas de controlo de qualidade do promotor em todas as suas operações.

A subvenção de 25 milhões de EUR concedida ao BEI para bonificação de juros, igualmente aprovada em 2010, será usada para reduzir a taxa de juro do seu empréstimo de 80 milhões de EUR por forma a respeitar as restrições impostas aos PPAE. O contrato de financiamento com a República da Zâmbia foi assinado em dezembro de 2011.

Setor	Transportes
Financiador Principal	BEI
Tipo de subvenção	Assistência técnica
Montante	1 000 000 EUR
Data de aprovação	29.06.2010
Estado	Em fase de desembolso
Financiador Principal	BEI
Tipo de subvenção	Bonificação de juros
Montante	25 000 000 EUR
Data de aprovação	29.06.2010
Estado	Aguarda o primeiro desembolso
Financiador Principal	AFD
Tipo de subvenção	Bonificação de juros
Montante	13 700 000 EUR
Data de aprovação	09.11.2010 + 05.07.2011
Estado	Aguarda o primeiro desembolso

O montante da subvenção inicial de 11 milhões de EUR para bonificação do empréstimo da AFD no valor de 49,2 milhões de EUR foi aumentado para 13,7 milhões de EUR em julho de 2011. A assinatura do empréstimo da AFD está prevista para meados de 2012.



BOAD – Desenvolvimento e Aplicação de um Sistema de Gestão Social e Ambiental

O Banque Ouest Africaine de Développement (BOAD) foi criado em 1973 como instituição de financiamento do desenvolvimento para os Estados membros da União Económica e Monetária da África Ocidental – Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo. Ao abrigo do seu mandato de promover a integração económica da África Ocidental, o Banco Africano de Desenvolvimento concedeu ao BOAD uma segunda linha de crédito de 64 milhões de EUR e contribuirá com um total de 3,05 milhões de EUR para o aumento de capital do banco. Tendo em conta o seu mandato regional, o BOAD tem vindo a concentrar cada vez mais a sua atividade nos investimentos infraestruturais, designadamente nos setores da agricultura, indústria, energia, exploração mineira, transportes e comunicações. O BOAD utilizará a segunda linha de crédito do BAD para financiar alguns destes investimentos. Embora não existam dúvidas de que os investimentos do BOAD em infraestruturas contribuirão para melhorar o comércio, a integração e a conectividade regional, comportam também importantes riscos ambientais e sociais, suscetíveis de pôr em causa a sustentabilidade dos projetos que o BOAD espera vir a financiar.

No âmbito do processo de avaliação da segunda linha de crédito do BAD constatou-se que o desempenho ambiental e social do BOAD era, em certa medida, prejudicado pela inexistência de políticas, processos e instrumentos institucionais abrangentes para identificar, enfrentar e monitorizar os riscos e impactos ambientais e sociais dos seus projetos durante as fases de conceção, avaliação, implementação e supervisão. A capacidade limitada do BOAD para prevenir adequadamente estes riscos ambientais e sociais levou o Banco a recomendar com urgência o desenvolvimento e a aplicação de um sistema de gestão social e ambiental (SGSA) abrangente e adaptado. Assim sendo, a subvenção para assistência técnica será usada para ajudar o BOAD a desenvolver e finalmente aplicar um SGSA. O sistema de gestão social e ambiental melhorará não só as capacidades internas do BOAD, como também

Financiador Principal	BAD
Setor	Multissetorial
Tipo de subvenção	AT
Montante da subvenção	400 000 EUR
Data de aprovação	19.08.2011
Estado	Aguarda o primeiro desembolso

a sustentabilidade dos seus investimentos em infraestruturas no longo prazo, permitindo-lhe realizar uma avaliação sistemática em todas as fases do ciclo do projeto, comunicar e documentar as suas conclusões e retirar ensinamentos para orientar a conceção e realização de futuros investimentos em infraestruturas.

O SGSA será desenvolvido em estreita colaboração com os funcionários do BOAD. Igualmente importante é o facto de o desenvolvimento do SGSA complementar outras iniciativas de assistência técnica anteriores e/ou em curso no domínio ambiental e social realizadas por outros parceiros de desenvolvimento do BOAD, como o Banco Mundial, a Agência Francesa de Desenvolvimento, o KfW e o Banco Europeu de Investimento. O significado último do SGSA reside no seu contributo para induzir uma transformação e mudança a longo prazo no BOAD. A existência de um SGSA abrangente e adaptado dará origem a uma implementação mais sustentável do ponto de vista ambiental e social dos projetos financiados com a segunda linha de crédito do



Sidy Diop (Gestor do Projeto BOAD, BAD), Modibo Kone (Diretor da Unidade de Gestão Ambiental e de Desenvolvimento Sustentável, BOAD), e Tim Turner (Diretor de Operações do Setor Privado, BAD)



BAD, assim como dos projetos financiados com os recursos de outros parceiros de desenvolvimento, e a uma partilha de conhecimentos essenciais adquiridos pelos funcionários do BOAD com as agências e instituições dos Estados membros com os quais o BOAD colabora, designadamente as agências nacionais responsáveis pela gestão ambiental e a rede de pontos focais ambientais da UEMOA.

Em agosto de 2011, o Comité Executivo do FFI aprovou uma subvenção para assistência técnica no

valor de 400 000 EUR para o desenvolvimento e a aplicação do SGSA. O lançamento do concurso está previsto para março de 2012 e o proponente vencedor deverá iniciar os seus trabalhos em abril de 2012.

Em 31 de janeiro de 2012, o Diretor da Unidade de Gestão Ambiental e de Desenvolvimento Sustentável do BOAD, Modibo Kone, reuniu-se com o BAD nos seus escritórios de Tunis para discutir os pormenores do Sistema de Gestão Social e Ambiental.

«Suprir o défice de infraestruturas em África é um pré-requisito e um meio para estimular o crescimento económico sustentável e para reduzir a pobreza no continente. O Banco Africano de Desenvolvimento desempenha, desde há muito, um papel precursor no desenvolvimento das infraestruturas em África tanto a nível regional como nacional, dando ênfase à melhoria e integração das economias regionais. O facto de podermos contar com a FFI, que partilha os mesmos objetivos da estratégia de integração regional do Banco, tem facilitado de modo significativo a realização bem-sucedida de projetos multinacionais, aumentando a eficácia das nossas intervenções no plano do desenvolvimento.

Creio que, no futuro, o FFI irá desempenhar um papel ainda mais relevante, na sequência da aprovação, pelos Chefes de Estado da União Africana, do Programa para o Desenvolvimento das Infraestruturas em África (PIDA). Com a aplicação do PIDA, passa a existir um programa coerente de prioridades estabelecidas para promover a integração regional entre 2012 e 2020. Graças ao apoio permanente dos doadores da UE, o efeito multiplicador do FFI contribuirá eficazmente para a aplicação do PIDA no terreno. O BAD, em colaboração com os seus parceiros, continuará a desempenhar um papel fundamental na concretização da integração regional do nosso continente.»



Gilbert Mbeshherubusa,
Vice-Presidente em exercício, Infraestruturas, Setor Privado e Integração Regional

O Instrumento de Mitigação do Risco Geotérmico para a África Oriental

O vale do Rift, na África Oriental, alberga recursos geotérmicos capazes de fornecer mais de 7 000 MW de energia ao sistema elétrico regional. O Instrumento de Mitigação do Risco Geotérmico visa desenvolver capacidades de produção elétrica na ordem dos 300 MW ao longo dos próximos sete anos.

As centrais elétricas geotérmicas produzem energia de base fiável e barata e constituem, por isso, um meio para ajudar a reduzir as graves deficiências energéticas, melhorando as condições de vida e a qualidade do desenvolvimento socioeconómico da região. Os custos operacionais das centrais geotérmicas em regiões vulcânicas como o vale do Rift da África Oriental variam entre 0,04 e 0,10 USD/kWh e constituem, por isso, a alternativa mais económica em muitos locais. Apesar de todas estas vantagens, o desenvolvimento dos recursos geotérmicos implica custos iniciais relativamente elevados e riscos de prospeção ligados à verificação da existência do recurso. Não é possível avaliar com rigor o potencial geotérmico e os custos específicos de conceção do projeto antes de se realizarem os trabalhos de perfuração. O risco de insucesso das perfurações geotérmicas ronda, em média, 30 % a nível internacional.

A subvenção direta do FFI financiará os programas de perfuração com o objetivo explícito de garantir financiamento para a próxima fase de desenvolvimento do recurso geotérmico. Será concedido financiamento a promotores públicos e privados competentes para a perfuração de dois poços de prospeção, incluindo os trabalhos associados de mobilização, desmobilização e de teste dos poços e, se necessário, um estudo de viabilidade que combine os resultados das perfurações com considerações de mercado, regulamentares e técnicas. A exploração à superfície será apoiada nos casos em que já exista um estudo de pré-viabilidade e em que possa ajudar a melhorar a localização das perfurações. A fim de melhorar os conhecimentos sobre a natureza das prospeções geotérmicas realizadas na África Oriental e, deste modo, reduzir o risco na perfuração de futuros poços, será criada uma base de dados geotérmica.

Os promotores do projeto podem candidatar-se ao financiamento num processo em duas fases com critérios e procedimentos de seleção específicos. O Instrumento será gerido pela Comissão da União Africana com o apoio

Financiador Principal	KfW
Setor	Energia
Tipo de subvenção	SD
Montante da subvenção	30 000 000 EUR
Data de aprovação	20.10.2011
Estado	Aguarda o primeiro desembolso

de uma equipa de consultores internacionais e sob o controlo de um Comité de Supervisão. Os investidores públicos e privados interessados terão a oportunidade de participar em *workshops* regionais antes da fase de candidaturas.

O projeto centrar-se-á inicialmente nas prospeções geotérmicas na Etiópia, no Quénia, no Ruanda, na Tanzânia e no Uganda, uma vez que existe financiamento disponível para este efeito. Preconiza-se que o âmbito regional do projeto seja alargado a outros países à medida que seja angariado financiamento adicional.

Os contratos de financiamento relativos às contribuições do FFI e do Governo alemão foram celebrados em dezembro de 2011. Prevê-se que o consultor responsável pela gestão corrente do Instrumento seja nomeado no primeiro trimestre de 2012. A primeira reunião do Comité de Supervisão terá lugar no segundo trimestre de 2012. Nessa altura, será também lançado o primeiro convite à manifestação de interesse no apoio sob a forma de subvenções.





«O nosso objetivo consiste em criar condições para que a África Oriental se desenvolva de uma forma respeitadora do clima e em aproveitar as energias sustentáveis para combater as causas da pobreza. Encaro a valorização dos abundantes recursos geotérmicos da região como uma oportunidade para garantir um abastecimento energético fiável, compatível com o clima e sustentável, conduzindo assim a um crescimento sensível às condições ambientais. Tenho a esperança de que as inovadoras instalações geotérmicas na África Oriental eliminarão os principais obstáculos ao investimento privado na área das energias renováveis.

A cooperação com a União Africana e o FFI representa uma oportunidade para ultrapassar as fronteiras nacionais e reunir os intervenientes europeus e africanos. Deste modo, podemos congregiar esforços para realizar projetos regionais sustentáveis na área da energia. O FFI é um instrumento que coordena, apoia e reforça as políticas de desenvolvimento dos Estados-Membros da UE e presta um contributo fundamental para que a UE tenha uma política de desenvolvimento coerente em África.»

Dirk Niebel,
Ministro alemão da Cooperação e do Desenvolvimento Económico



No seu discurso inaugural da cerimónia de assinatura organizada pelo Departamento de Infraestruturas e Energia da Comissão da União Africana (CUA), o Diretor Aboubakari Baba Moussa manifestou o seu entusiasmo pelo êxito da assinatura do acordo.

Sua Ex.^a Elham Ibrahim, Comissária para as Infraestruturas e a Energia da CUA afirmou que «o financiamento é um fator fundamental para os desafios energéticos de África» e manifestou o seu apreço por esta importante oportunidade de cooperação proporcionada pelo Governo da Alemanha e pela União Europeia. Apelou a todos os países africanos que ainda não participam nesta iniciativa para que o façam, a fim de se alcançarem os níveis

pretendidos de produção e utilização dos recursos geotérmicos. Incentivou também outros parceiros do desenvolvimento a aderirem à iniciativa de cooperação em curso.



«Em termos tecnológicos e económicos é possível reduzir as emissões até 2020 para um nível capaz de manter a subida da temperatura mundial, no século XXI, abaixo dos 2 graus centígrados», é a conclusão de um estudo completo publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente¹⁰. «Uma crescente adesão às energias renováveis, a utilização de combustíveis alternativos e as melhorias de eficiência energética podem contribuir significativamente para os cortes necessários.»

As centrais geotérmicas funcionam independentemente das condições climáticas e, como tal, não exigem medidas de adaptação às alterações climáticas. Os projetos de energia geotérmica existentes no Quénia forneceram à rede elétrica energia limpa e respeitadora do ambiente, reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa em cerca de 900 000 t CO₂/ano.

O desenvolvimento do potencial de energia geotérmica é importante para adaptar a produção de energia às alterações climáticas em África. O Grupo de Energia da África Oriental reconhece que os recursos geotérmicos representam uma oportunidade para fornecer energia de base à rede regional a um custo relativamente reduzido e com baixas emissões.

¹⁰ Relatório Bridging The Emissions Gap do PNUMA, novembro de 2011

Interconector elétrico de Bolgatanga (Gana) – Uagadugu (Burquina)

O interconector elétrico de 225 kV com uma extensão de 210 km que liga Bolgatanga, no Gana, a Uagadugu, no Burquina Faso – 171 km no Burquina Faso e 39 km no Gana – permitirá a exportação de cerca de 100 MW de eletricidade produzida a baixo custo com gás natural do Gana para o Burquina Faso, um país da região do Sahel sem acesso ao litoral onde a eletricidade, essencialmente produzida por centrais termoelétricas, é um recurso caro. Esta operação também servirá para aumentar a fiabilidade do abastecimento energético da SONABEL, o promotor do projeto no Burquina Faso, e da GRIDCO no Gana. Trata-se de um dos projetos prioritários do Grupo de Energia da África Ocidental com vista à criação de um mercado regional da eletricidade na África Ocidental. O projeto inclui a expansão de 161/34,5 kV para 225/161/34,5 kV da atual subestação de Bolgatanga, assim como da subestação de 225/90 kV em Zagtoul, no Burquina Faso, e ainda a construção de uma nova subestação de 90/33 kV em Patte d’Oie, também no Burquina Faso. Além disso, abrange os sistemas nacionais SCADA associados e o fornecimento de eletricidade às aldeias rurais situadas ao longo da linha no Burquina Faso. Serão assinados um contrato de aquisição de eletricidade entre a Volta River Authority, responsável pela produção no Gana, e a SONABEL, bem como um contrato de transferência de eletricidade entre a GRIDCO e a SONABEL. O custo total do projeto de interconexão, no valor aproximado de 81 milhões de EUR, será financiado pelo Banco Mundial, AFD, BEI, SONABEL e GRIDCO.

O FFI apoia o projeto com três subvenções diferentes: uma bonificação de juros de até 6,7 milhões de EUR que permitirá ao BEI baixar para 1,4 % a taxa de juro do seu empréstimo de 23 milhões de EUR ao Estado do Burquina Faso, por forma a cumprir as condições do FMI. Também a AFD recebeu uma segunda bonificação de juros de até 2,8 milhões de EUR para subsidiar o seu empréstimo bonificado de 15,75 milhões de EUR à SONABEL. Este pacote financeiro com condições favoráveis ajudará a reduzir o elevado e crescente serviço da dívida da SONABEL e a magnitude dos futuros aumentos tarifários, bem como o

Setor	Energia
Financiador Principal	AFD
Tipo de subvenção	Assistência técnica
Montante da subvenção	4 800 000 EUR
Data de aprovação	20.10.2011
Estado	Aguarda o primeiro desembolso
Financiador Principal	AFD
Tipo de subvenção	Bonificação de juros
Montante da subvenção	2 800 000 EUR
Data de aprovação	20.10.2011
Estado	Aguarda o primeiro desembolso
Financiador Principal	BEI
Tipo de subvenção	Bonificação de juros
Montante da subvenção	6 700 000 EUR
Data de aprovação	20.10.2011
Estado	Aguarda o primeiro desembolso

apoio financeiro contínuo prestado pelo Governo do Burquina Faso ao setor energético. O segundo empréstimo concedido pela AFD à GRIDCO não beneficia de uma bonificação de juros, dado tratar-se de um empréstimo não soberano e a GRIDCO apresentar uma situação financeira e perspectivas sólidas graças ao baixo nível de endividamento e às margens confortáveis das tarifas de transporte de eletricidade.

A AFD utilizará uma terceira subvenção do FFI no valor máximo de 4,8 milhões de EUR para financiar a supervisão dos trabalhos na nova linha de 330 kV no Gana e um estudo tarifário para a SONABEL. Esta assistência técnica apoiará a GRIDCO na supervisão das obras complexas da linha de 330 kV entre Kumasi e Bolgatanga e melhorará a visibilidade financeira do setor elétrico no Burquina Faso dotando-o de um instrumento adequado.

A assistência técnica adicional prestada pelo Banco Mundial à SONABEL e à GRIDCO suprirá diferentes necessidades, como a supervisão das obras de interconexão entre Bolgatanga e Uagadugu e o reforço de capacidades e o apoio institucional à unidade de implementação do projeto de interconexão, o planeamento do sistema de alta tensão, a exploração e manutenção dos sistemas de transporte de alta tensão, o desenvolvimento do sistema SCADA, as transações comerciais, as telecomunicações e a proteção da rede de alta tensão.



Corredor de Transportes da África Oriental



O projeto consiste na beneficiação rodoviária de três trechos selecionados do Corredor Rodoviário do Norte da África Oriental (NRC) que ligam Mombaça a Campala via Nairobi e, mais a oeste, ao Ruanda e ao Burundi, com ligações à RDC, ao Sudão do Sul e ao norte da Tanzânia. O projeto prevê ainda duas estradas de circunvalação nas cidades de Campala e M'barara.

Os Corredores Norte e Central da África Oriental – ligados respetivamente aos portos de Mombaça e Dar Es Salaam – são as principais rotas de transporte nacional, regional e internacional de mercadorias e passageiros para os países da África Oriental e do interior da África Central. Devido à inadequação da infraestrutura física e a outras deficiências, estes corredores estão sujeitos a longas demoras de trânsito e elevados custos de transporte que podem aumentar até 75 % o custo das mercadorias, considerando que o frete por quilómetro custa mais do dobro do que na UE e nos EUA.

Financiador Principal	BEI
Setor	Transportes
Tipo de subvenção	BJ
Montante da subvenção	16 600 000 EUR
Data de aprovação	15.12.2011
Estado	Aguarda o primeiro desembolso

A modernização da infraestrutura de transportes é fundamental para a expansão do comércio, o investimento e o crescimento económico, que são fatores-chave para o sucesso da integração regional, a criação de riqueza e a erradicação da pobreza.

Os objetivos imediatos do projeto consistem em aliviar os pontos de estrangulamento dos transportes, gerar poupanças nos custos operacionais dos veículos e no tempo de viagem, bem como em reduzir o número de acidentes rodoviários. A modernização desta infraestrutura de transportes reveste-se de importância fulcral para o tráfego rodoviário nacional e regional e sustenta o crescimento económico na região, a expansão do comércio e o investimento, que são essenciais para desenvolver e apoiar um setor privado dinâmico e robusto.

O Uganda é um PPAE, que apenas pode contrair empréstimos em condições altamente favoráveis. A bonificação de juros do FFI servirá para reduzir a taxa de juro final do empréstimo de 55 milhões de EUR concedido pelo BEI ao Governo, garantindo assim o elemento de bonificação de 35 % exigido pelo FMI para o Uganda contrair novas dívidas. O empréstimo concedido ao Governo será transferido para o promotor do projeto, a *Ugandan National Roads Authority* (UNRA), sob a forma de subvenção.

Corredores Rodoviários da África Central e Ocidental

Este projeto potencial diz respeito à ligação rodoviária entre as cidades de Douala, Yaoundé e eventualmente Bafoussam, que fará parte de três corredores regionais ou melhorará o acesso aos mesmos. A ligação entre Douala e Yaoundé constitui o primeiro troço do corredor Camarões–Bangui (RCA) e do corredor Camarões–N’Djamena (Chade). A ligação rodoviária entre Douala e Bafoussam vai ligar ao corredor entre Bamenda (Camarões) e Enugu (Nigéria). As estradas existentes, com uma faixa em cada sentido, encontram-se, de um modo geral, em boas condições estruturais, mas já não conseguem escoar o crescente tráfego de pesados de longo curso sem suscitar problemas significativos de segurança e comodidade. De acordo com os dados de tráfego relativos a 2006, circulam cerca de 7 000 veículos/dia (40 % de camiões) entre Douala e Yaoundé e cerca de 6 000 veículos/dia entre Douala e Bafoussam. As projeções apontam para um esgotamento da capacidade rodoviária até 2015.

Na fase de preparação do projeto, o FFI concedeu uma subvenção para assistência técnica no valor de 2,5 milhões de EUR para o financiamento de três fa-

Financiador Principal	BEI
Setor	Transportes
Tipo de subvenção	AT
Montante	2 500 000 EUR
Data de aprovação	15.12.2011
Estado	Aguarda o primeiro desembolso

ses consecutivas de estudos destinados a explorar as diferentes alternativas para a interconexão das cidades de Douala, Yaoundé e Bafoussam. A primeira fase inclui os estudos de pré-viabilidade para confirmar a necessidade do projeto e propor a melhor opção (análise de várias configurações possíveis). A segunda fase inclui os estudos de viabilidade relativos à opção escolhida na fase de pré-viabilidade, com vista a estudar a viabilidade técnica, económica, financeira, ambiental, social e legal do projeto. A terceira fase dependerá do resultado positivo dos estudos de viabilidade e inclui os estudos técnicos detalhados e a elaboração da documentação para o concurso. Os estudos técnicos detalhados incluirão um estudo de impacto ambiental e um plano de gestão ambiental e social.

O concurso para estes estudos está previsto para o primeiro semestre de 2012, de modo a que os estudos possam ser realizados entre meados de 2012 e meados de 2014.

Linha de transporte de energia de Kafue-Livingstone

O projeto consiste na modernização da atual linha de transporte de 341 km entre Kafue–Muzuma–Livingstone, cuja tensão nominal será aumentada de 220 para 330 kV, e inclui também a modernização das duas subestações ligadas a esta linha e a construção de uma nova subestação. A linha liga a estação hidroelétrica das cataratas de Vitória na região sudeste do país aos centros de carga e produção situados no centro da Zâmbia. Faz parte de um

Setor	Energia
Financiador Principal	BEI
Tipo de subvenção	Assistência técnica
Montante da subvenção	350 000 EUR
Data de aprovação	15.12.2011
Estado	Aguarda o primeiro desembolso

Financiador Principal	BEI
Tipo de subvenção	Bonificação de juros
Montante da subvenção	5 200 000 EUR
Data de aprovação	15.12.2011
Estado	Aguarda o primeiro desembolso



novo interconector regional Norte-Sul que liga as redes da Zâmbia e da Namíbia, contornando a rede congestionada e pouco fiável do Zimbabué, e fornece energia hidroelétrica renovável aos mercados do sul do SAPP. O custo total do projeto estimado em 100 milhões de USD será cofinanciado pelo BEI, pelo Banco Mundial e pelo promotor do projeto, a *Zambia Electricity Supply Corporation, ZESCO*.

A linha de Kafue–Muzuma–Livingstone foi construída na década de 1970 e, na altura, ficou já preparada para uma modernização fácil e económica quando o aumento da carga assim o exigisse. O projeto beneficia, por isso, de uma infraestruturas já existente e terá um impacto ambiental e custos de investimento relativamente baixos. A tecnologia usada no projeto já está comprovada. O projeto é uma prioridade do recém-elaborado Plano Diretor da ZESCO.

Trata-se de uma operação normal de modernização da rede elétrica básica nacional e regional, que se tornou necessária e possível graças à entrada em funcionamento do Interconector de Caprivi em 2010. O projeto permitirá uma utilização deste interconector mais próxima da sua capacidade nominal de 300 MW. A linha de Kafue-Livingstone é a única grande linha de transporte de energia para o sudoeste da Zâmbia e os trabalhos de modernização implicarão a interrupção do serviço durante vários meses. Esta modernização só é possível porque o Interconector de Caprivi garante a ligação à rede desta região do sudoeste do país durante a execução os trabalhos. São também as oportunidades de comércio de eletricidade proporcionadas

pelo Interconector de Caprivi que tornam esta modernização necessária.

O FFI apoia este projeto com uma subvenção total de 5,55 milhões de EUR repartida por duas operações diferentes:

- Uma bonificação de juros de até 5,2 milhões de EUR para o empréstimo do BEI à República da Zâmbia que, por sua vez, irá conceder o financiamento à ZESCO. O empréstimo do BEI apoiará os esforços do Governo da Zâmbia para garantir um abastecimento energético fiável que acompanhe o ritmo de crescimento económico previsto para o país e a região. O BEI assume ainda um importante papel estratégico na definição dos requisitos do mutuante aplicáveis à organização do processo de execução do projeto. As cláusulas de condicionalidade do Banco, que preveem, por exemplo, a resolução de problemas ambientais específicos, ajudarão a instituir um quadro que garanta a aplicação de boas práticas na execução do projeto.

- Uma subvenção para assistência técnica de 350 000 EUR para financiar os serviços de engenharia para o mutuante. A capacidade de execução da ZESCO, nomeadamente em termos de contratação e de gestão financeira, tem de ser reforçada e acompanhada por uma supervisão rigorosa. Será elaborado um Plano de Implementação do Projeto (PIP) formal e monitorizado, que será apoiado e aplicado por uma Unidade de Execução do Projeto (UEP) composta por uma equipa de consultores internacionais a tempo inteiro.

Apresentação detalhada das subvenções do FFI aprovadas em princípio em 2011



Itezhi Tezhi

O projeto hidroelétrico completo de Itezhi-Tezhi (ITT) consistirá, por um lado, no desenvolvimento, financiamento, construção, exploração e manutenção de uma central hidroelétrica com carga base de 120 MW no local da barragem de ITT existente no rio Kafue na Zâmbia e, por outro, na construção de uma nova linha de transporte de cerca de 300 km via Mumbwa até Lusaka West, que ligará a central elétrica à rede nacional e, através desta, ao SAPP. A linha de transporte será desenvolvida, construída, financiada e explorada pela ZESCO.

O projeto aproveitará a infraestrutura existente da barragem que já se encontra em funcionamento há mais de 30 anos. Como apenas será acrescentada uma central elétrica, as obras de construção, os custos e os riscos serão limitados, como serão reduzidos o impacto ambiental e as medidas de reinstalação da população. A nova linha de transporte conduzirá a energia renovável produzida

Financiador Principal	BEI
Setor	Energia
Tipo de subvenção	BJ
Montante da subvenção	17 600 000 EUR
Estado	AEP

numa zona remota para a Zâmbia e, posteriormente, para a região do SAPP.

O FFI aprovou em princípio a bonificação dos empréstimos do BEI e da AFD para o financiamento da linha, tendo em conta que a Zâmbia é um dos países menos desenvolvidos do mundo cuja dívida foi reestruturada ao abrigo da iniciativa PPAE. Além disso, poderá ser solicitada assistência técnica ao FFI para reforçar as capacidades do promotor do projeto, a ZESCO, e para financiar os serviços de um Engenheiro do Mutuante para a monitorização da execução do projeto.

A apresentação do pedido de aprovação das subvenções do FFI para bonificação de juros e assistência técnica está prevista para o início de 2012.



Instrumento de Energia Sustentável para África

O Instrumento de Energia Sustentável para África tem por objetivo catalisar a participação do setor privado no financiamento de atividades na área das energias renováveis e da eficiência energética. Disponibilizará instrumentos de mitigação do risco, tais como i) uma garantia para a extensão da duração dos empréstimos e ii) empréstimos *mezzanine*/subordinados/sêniores para projetos, de modo a apoiar a elaboração de projetos que sejam elegíveis para financiamento bancário e que venham a ser financiados por intermediários financeiros locais. Embora continuem a ser monitorizados pelas IFI, estes projetos de menor dimensão são tratados de forma mais eficiente por intermediários financeiros locais. A iniciativa será coordenada com outros projetos apoiados pelos doadores e que visam os mesmos segmentos do mercado.

Financiador Principal	BEI
Setor	Energia
Tipo de subvenção	SD e AT
Montante	8 000 000 EUR
Estado	AEP

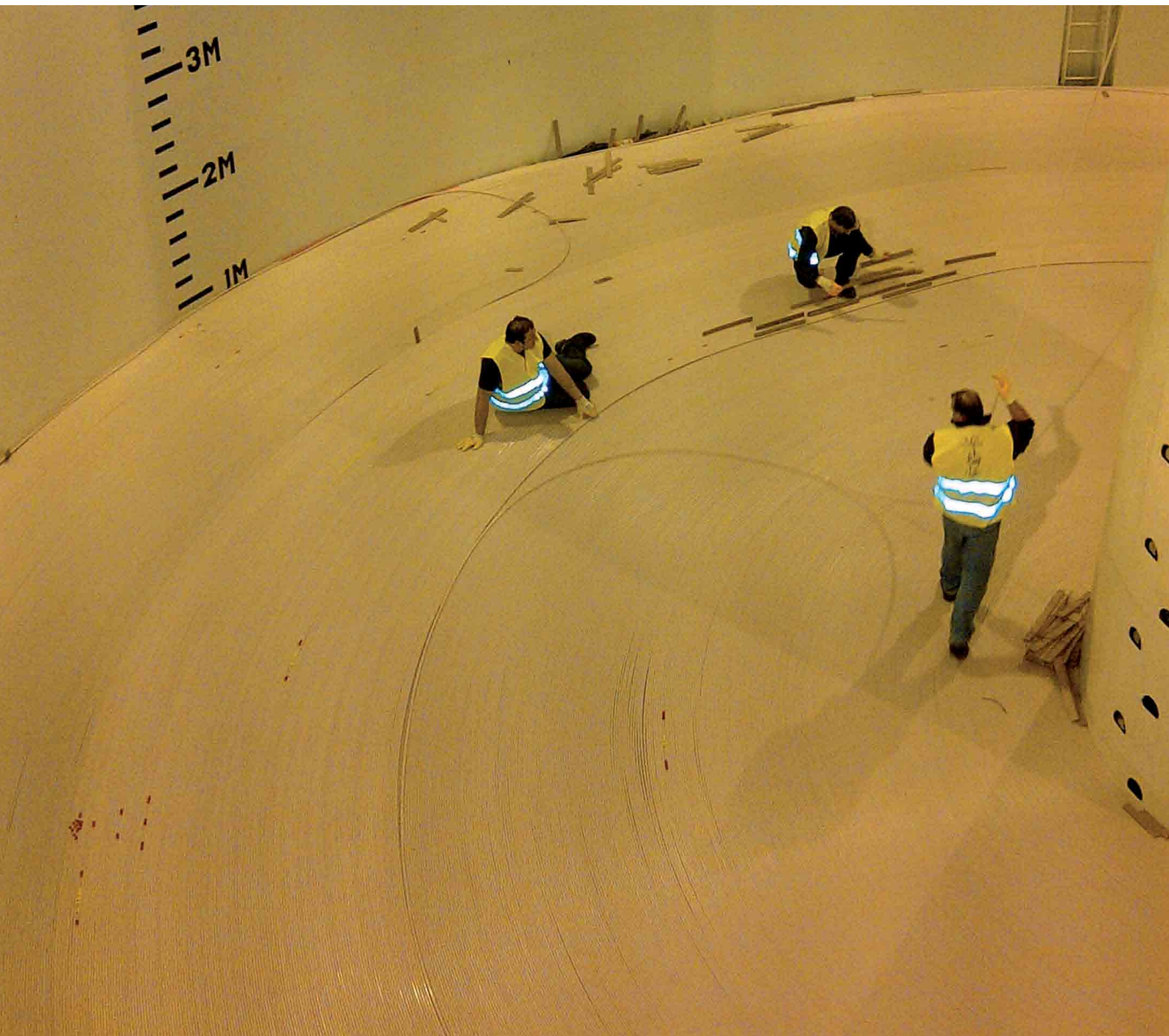
O BEI solicitou ao FFI que concedesse financiamento para uma garantia para perdas iniciais (5 milhões de EUR) que proporcione ao Banco uma reserva de segurança suficiente para atenuar futuras perdas, permitindo-lhe assim fixar preços mais razoáveis para os produtos de mitigação do risco disponibilizados. Um segundo mecanismo de apoio solicitado ao FFI será a assistência técnica, por exemplo, para ajuda na estruturação dos produtos de mitigação do risco, adaptando-os a cada projeto específico de modo a propiciar condições de elegibilidade aceitáveis para as instituições financeiras locais.

Plano Diretor Integrado de Logística para o Transporte de Mercadorias no Gana

Para satisfazer as necessidades de transporte do Gana e reforçar o seu papel de plataforma regional de transporte eficiente de mercadorias de e para a região, é necessário adotar um plano diretor integrado para o desenvolvimento dos portos de Tema e Takoradi, incluindo a sua ligação ao interior, e tomar decisões acerca da especialização dos portos. O relatório, que complementa o plano diretor de logística financiado pela UE, ajudará a ultrapassar as deficiências do planeamento isolado dos portos. A proposta de especificações técnicas para a operação de subvenção relativa a um plano diretor integrado de logística para apoiar a autoridade portuária do Gana através do Governo daquele país inclui, entre outros aspetos, a revisão dos atuais planos diretores isolados, assim como do Plano Diretor Integrado de Transportes de 2011 financiado pela UE,

Financiador Principal	KfW
Setor	Transportes
Tipo de subvenção	AT
Montante	900 000 EUR
Estado	AE

uma análise do *statu quo* e dos principais progressos económicos e da sua influência nos requisitos logísticos, bem como uma análise das perspectivas de mercado para os portos de Takoradi e Tema num contexto regional. Além disso, recomenda uma especialização adequada, o apuramento da viabilidade financeira do projeto e dos seus componentes e a organização de *workshops* com as principais partes interessadas no projeto.





Resultados operacionais

O FFI continua a ser um instrumento fundamental de ajuda europeia, que apoia e promove os investimentos em projetos de infraestruturas em África.

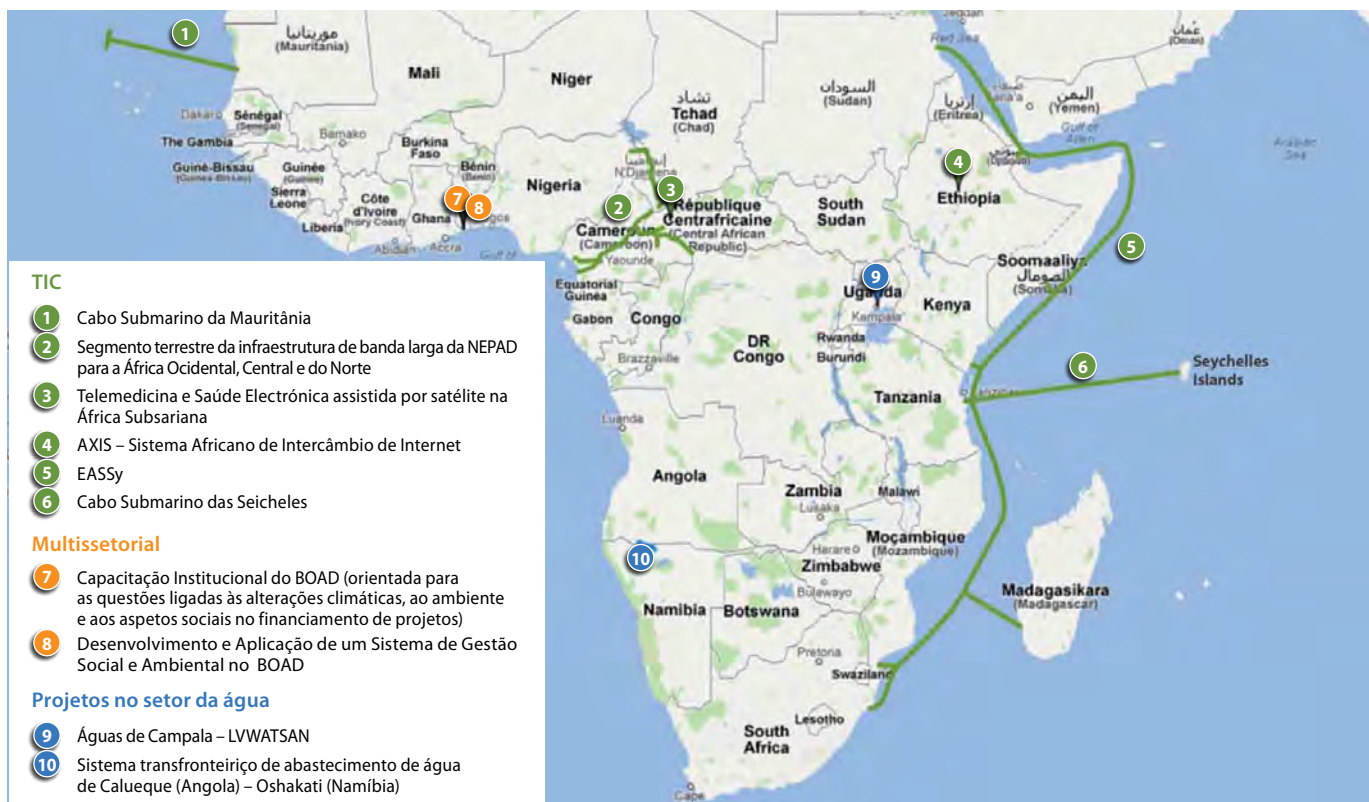
Panorâmica

2007-2011



Setor da energia

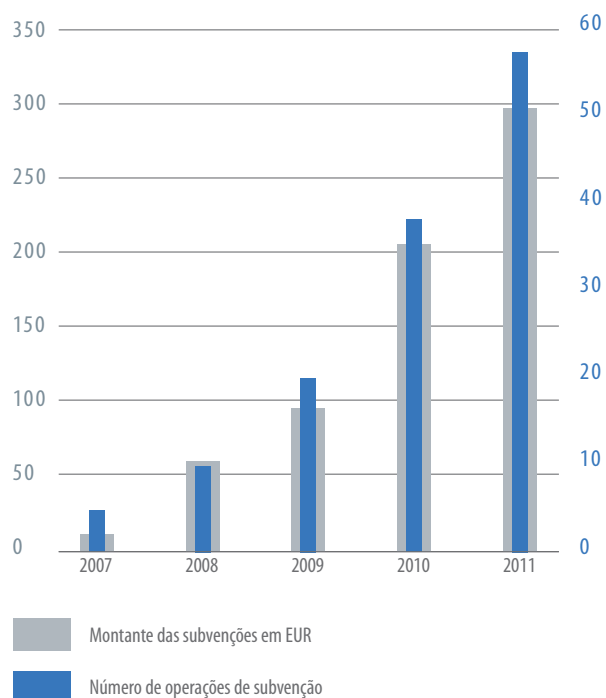
- 1 Central Hidroelétrica de Félou
- 2 Central Hidroelétrica de Sambangalou
- 3 Central Hidroelétrica de Gouina da OMVS
- 4 Central Hidroelétrica de Mount Coffee
- 5 Projeto de Interconexão CLSG
- 6 Linha de transporte da Rede Principal Costeira do WAPP
- 7 Regulação da Eletricidade da CEDEAO
- 8 Atualização do Plano Diretor do WAPP
- 9 Reabilitação Elétrica Benim-Togo
- 10 Interconector de Bolgatanga-Uagadugu
- 11 Interconexão elétrica do WAPP na África Ocidental (Gana-Burquina Faso-Mali)
- 12 Interconector de Caprivi
- 13 Plano Hidroelétrico para o Rio Lower Orange
- 14 Linha de transporte de energia de Kafue-Livingstone
- 15 Rede Principal de Moçambique (CESUL)
- 16 Projeto hidroelétrico de Muchinga
- 17 Interconector da Rede Principal da Tanzânia
- 18 Central Hidroelétrica de Ruzizi
- 19 Interconector de Kibuye-Goma-Birembo
- 20 Linhas de crédito ambientais para o Quênia, Uganda e Tanzânia. (Envolvimento dos Bancos em Projetos de Transição para Energias Renováveis)
- 21 Instrumento de Mitigação do Risco Geotérmico
- 22 Interconector Etiópia-Quênia



Resumo dos resultados operacionais de 2007-2011



Subvenções aprovadas acumuladas



Operações de subvenção aprovadas por ano:

	2007	2008	2009	2010	2011	valor acumulado
Operações de subvenção aprovadas	15 485 000	47 800 000	33 035 000	112 548 000	86 150 000	295 018 000
Aprovadas em princípio (AEP)	21 600 000	1 700 000	25 000 000	33 500 000	34 050 000	26 500 000
Número de subvenções aprovadas	4	4	11	19	19	57

O valor total acumulado das AEP não inclui as AEP convertidas em aprovações.



Lista das operações de subvenção aprovadas em 2007-2011

Operação de subvenção	Região	Setor	Tipo	Financiador Principal do GF	Cofinanciadores	Montante da subvenção aprovada	Data de aprovação
Acesso a Douala	África Central	Transportes	BJ	AFD	n. d.	5 700 000	16/09/2010
AXIS - Sistema Africano de Intercâmbio de Internet	Continente africano	TIC	AT	Lux-Development	a indicar	5 100 000	19/08/2010
Corredor da Beira	África Austral	Transportes	BJ	BEI	BEI, Banco Mundial, ORET, Danida	29 000 000	18/12/2008
Reabilitação Elétrica Benim-Togo	África Ocidental e Sahel	Energia	BJ	BEI	BEI, KfW, Banco Mundial, capital próprio	12 250 000	10/11/2009
BOAD – Desenvolvimento de um SGSA	África Ocidental e Sahel	Multissetorial	AT	BAD	n. d.	400 000	19/08/2011
Capacitação Institucional do BOAD	África Ocidental e Sahel	Multissetorial	AT	BEI	n. d.	900 000	23/08/2010
Interconector de Caprivi	África Austral	Energia	BJ	BEI	KfW, AFD, NamPower	15 000 000	22/01/2008
Corredores Rodoviários da África Central e Ocidental	África Central	Transportes	AT	BEI	AFD, Delegação da UE, a indicar	2 500 000	15/12/2011
Interconector elétrico CLSG	África Ocidental e Sahel	Energia	AT	BEI	BEI, KfW, BAD, Banco Mundial	3 000 000	16/10/2007
Interconector elétrico CLSG	África Ocidental e Sahel	Energia	AT	BEI	BEI, KfW, BAD, Banco Mundial	1 750 000	23/03/2011
Cabo Submarino EASSy	África Oriental	TIC	AT	BEI	KfW, AFD, BAD, SFI, WIOCC	2 600 000	05/07/2007
Corredor de Transportes da África Oriental	África Oriental	Transportes	BJ	BEI	CE, Governo do Uganda	16 600 000	15/12/2011
Regulação da Eletricidade da CEDEAO	África Ocidental e Sahel	Energia	AT	AFD	n. d.	1 700 000	10/11/2009
Envolvimento dos Bancos em Projetos de Transição para Energias Renováveis	África Oriental	Energia	AT	AFD	n. d.	2 000 000	29/06/2010
Interconector Etiópia-Quênia	África Oriental	Energia	AT	KfW	AFD, BAD, Banco Mundial, EEPCo, Ministério das Finanças do Quênia	550 000	10/07/2007
Ampliação do porto de Walvis Bay	África Austral	Transportes	AT	KfW	BEI, AFD, a indicar	450 000	14/12/2009
Central Hidroelétrica de Félou	África Ocidental e Sahel	Energia	BJ	BEI	Banco Mundial	9 335 000	10/07/2007
Instrumento de Mitigação do Risco Geotérmico	África Oriental	Energia	SD	KfW	KfW, BEI, AFD, IFD, financiador privado, Governo, promotor	30 000 000	20/10/2011
AIAS da Central Hidroelétrica de Gibe III	África Oriental	Energia	AT	BEI	n. d.	1 300 000	14/12/2009
Interconector de Bolgatanga-Uagadugu	África Ocidental e Sahel	Energia	BJ	BEI	AFD, Banco Mundial, Sonabel, GRIDCo	6 700 000	20/10/2011
Interconector de Bolgatanga-Uagadugu	África Ocidental e Sahel	Energia	BJ	AFD	BEI, Banco Mundial, Sonabel, GRIDCo	2 800 000	20/10/2011
Interconector de Bolgatanga-Uagadugu	África Ocidental e Sahel	Energia	AT	AFD	BEI, Banco Mundial, Sonabel, GRIDCo	4 800 000	20/10/2011
Ampliação do Aeroporto Internacional Jomo Kenyatta	África Oriental	Transportes	AT	BEI	AFD, BEI, DBSA, JICA	5 000 000	14/12/2009
Águas de Campala - abastecimento de água e saneamento no Lago Vitória	África Oriental	Água	BJ	KfW	KfW, AFD, BEI, NWSC	14 000 000	29/06/2010
Águas de Campala - abastecimento de água e saneamento no Lago Vitória	África Oriental	Água	AT	KfW	KfW, AFD, BEI, NWSC	8 000 000	29/06/2010
Projeto da Ponte e do Posto de Fronteira de Kazungula	África Austral	Transportes	AT	BAD	JICA, Governos	1 000 000	05/07/2011

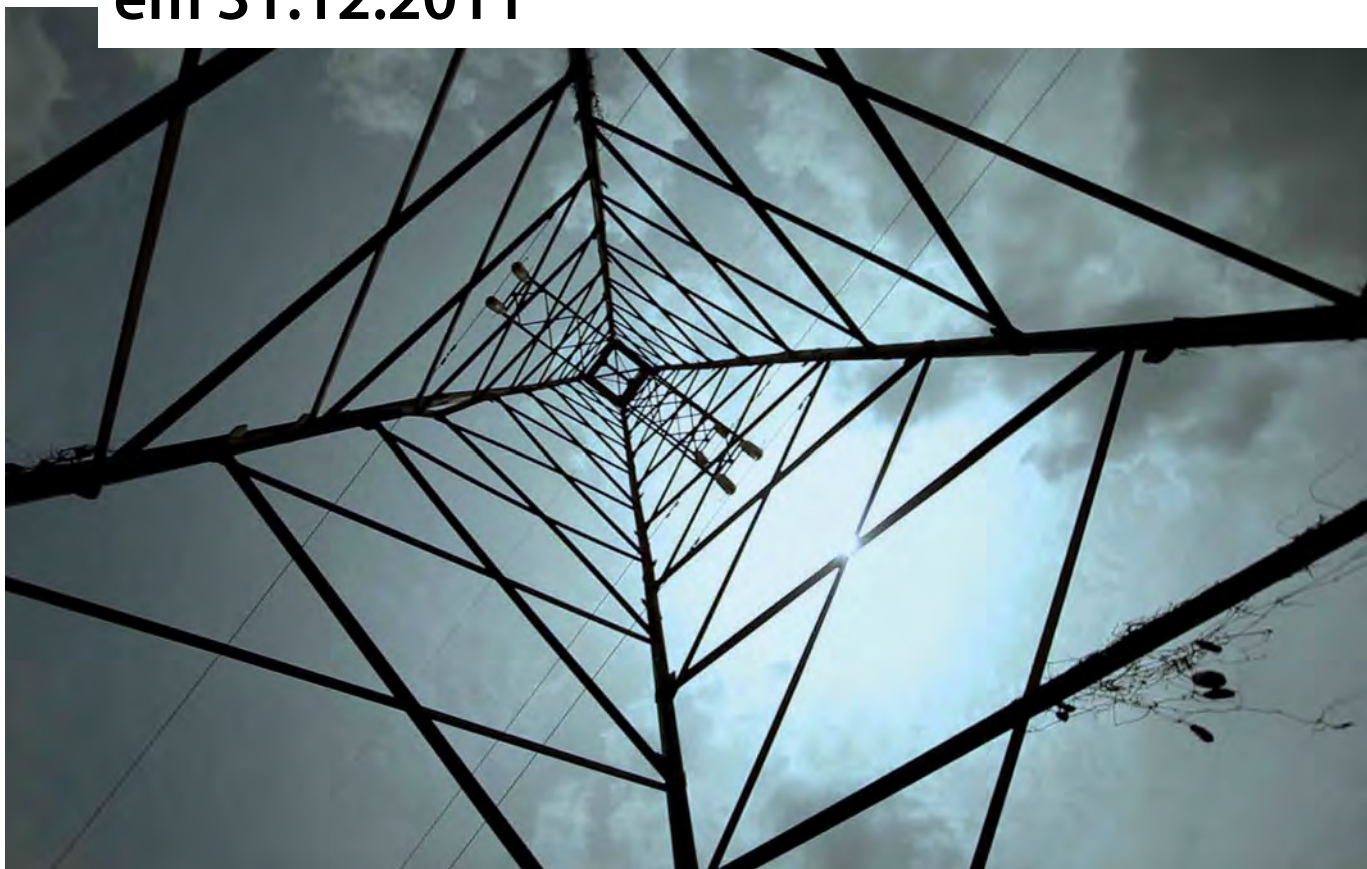
Operação de subvenção	Região	Setor	Tipo	Financiador Principal do GF	Cofinanciadores	Montante da subvenção aprovada	Data de aprovação
Interconector de Kibuye-Goma-Biremba	África Oriental	Energia	AT	KfW	BAD, Governo Alemão, Governo Neerlandês	800 000	15/04/2010
Plano Hidroelétrico para o Rio Lower Orange	África Austral	Energia	AT	BEI	DBSA, capital próprio	1 600 000	29/06/2010
Aeroporto de Maputo	África Austral	Transportes	AT	AFD	a indicar	1 600 000	05/07/2011
Ligação da Mauritânia ao Cabo Submarino	África Ocidental e Sahel	TIC	BJ	BEI	Mattel, Mauritel, Chinguitel, Bouamatou S.A.	1 574 000	04/02/2011
Central Hidroelétrica de Mount Coffee	África Ocidental e Sahel	Energia	AT	BEI	a indicar	1 500 000	15/04/2010
Rede Principal de Moçambique (CESUL)	África Austral	Energia	AT	BEI	AFD, KfW, BAD, DBSA, Banco Mundial, Norad, Sida	700 000	14/12/2009
Rede Principal de Moçambique (CESUL)	África Austral	Energia	AT	AFD	BEI, KfW, BAD, DBSA, Banco Mundial, Norad, Sida	1 500 000	24/02/2011
Central hidroelétrica de Muchinga	África Austral	Energia	AT	PIDG	a indicar	2 619 000	05/07/2011
Expansão ferroviária multimodal do porto de Dar Es Salaam	África Oriental	Transportes	AT	KfW	a indicar	257 000	23/03/2011
Plano Diretor de Transportes da Namíbia	África Austral	Transportes	AT	BEI	KfW, a indicar	560 000	09/11/2010
Projeto Hidroelétrico de Gouina - OMVS	África Ocidental e Sahel	Energia	AT	AFD	a indicar	1 000 000	18/12/2008
Porto de Pointe Noire	África Central	Transportes	BJ	AFD	BEI, BDEAC, capital próprio	6 600 000	10/11/2009
Porto de Pointe Noire	África Central	Transportes	AT	AFD	BEI, BDEAC, capital próprio	2 000 000	14/12/2009
Reabilitação da Grande Estrada do Leste	África Austral	Transportes	BJ	BEI	BEI, AFD, BAD, CE	25 000 000	29/06/2010
Reabilitação da Grande Estrada do Leste	África Austral	Transportes	AT	BEI	BEI, AFD, BAD, CE	1 000 000	29/06/2010
Reabilitação da Grande Estrada do Leste	África Austral	Transportes	BJ	AFD	BEI, BAD, CE	10 800 000	09/11/2010
Reabilitação da Grande Estrada do Leste	África Austral	Transportes	BJ	AFD	BEI, BAD, CE	2 900 000	05/07/2011
Central Hidroelétrica de Ruzizi	África Oriental	Energia	AT	BEI	BEI, BAD, AFD, KfW, Proparco, FMO, UE	2 800 000	29/05/2008
Central Hidroelétrica de Ruzizi	África Oriental	Energia	AT	BEI	BEI, BAD, AFD, KfW, Proparco, FMO, UE	1 400 000	15/04/2010
Central Hidroelétrica de Sambangalou	África Ocidental e Sahel	Energia	AT	AFD	BEI, KfW, BAD, Banco Mundial, BOAD, Abu Dabi Fund	350 000	14/12/2009
Medicina eletrónica via satélite para a África	Continente africano	TIC	AT	Lux-Development	a indicar	4 000 000	23/08/2010
Cabo Submarino das Seicheles	África Oriental	TIC	SD	BEI	BEI, BAD, capital próprio do promotor	4 000 000	14/12/2010
Interconector da Rede Principal da Tanzânia	África Oriental	Energia	BJ	BEI	BAD, Banco Mundial, EDCF da Coreia	24 323 000	14/12/2010
Sistema transfronteiriço de abastecimento de água de Calueque (Angola) – Oshakati (Namíbia)	África Austral	Água	AT	KfW	BEI, a indicar	2 400 000	25/05/2011
Linha de transporte de energia de Kafue-Livingstone	África Austral	Energia	BJ	BEI	Banco Mundial, ZESCO	5 200 000	15/12/2011
Linha de transporte de energia de Kafue-Livingstone	África Austral	Energia	AT	BEI	Banco Mundial, ZESCO	350 000	15/12/2011
UMOJANET (Estudo para a secção ocidental da rede)	África Ocidental e Sahel	TIC	AT	AFD	a indicar	1 350 000	14/12/2010
Atualização do Plano Diretor do WAPP	África Ocidental e Sahel	Energia	AT	BEI	n. d.	935 000	22/10/2009
Atualização do Plano Diretor do WAPP	África Ocidental e Sahel	Energia	AT	BEI	n. d.	515 000	23/08/2010
Interconector da Rede Principal Costeira - WAPP	África Ocidental e Sahel	Energia	AT	BEI	KfW, a indicar	1 750 000	27/03/2009
C WAPP Gana-Burquina-Mali	África Ocidental e Sahel	Energia	AT	AFD	BEI, BAD	1 200 000	05/07/2011
						295 018 000	

Uma descrição mais detalhada dos projetos e das operações de subvenção acima referidas pode ser encontrada no sítio Web do FFI¹¹.

¹¹ <http://www.eu-africa-infrastructure-tf.net>.



Operações de subvenção aprovadas em princípio em 31.12.2011



Desde que o Fundo Fiduciário foi criado, o Comité Executivo aprovou em princípio um total de 15 pedidos de operações de subvenção. Dois destes pedidos foram retirados pelos Financiadores Principais responsáveis (ver capítulo «Operações de subvenção

concluídas em 2011» na página 24) e nove foram convertidos em operações de subvenção aprovadas. Os outros quatro projetos em fase de AEP devem ser sujeitos a aprovação em 2012:

Operação de subvenção	Região	Setor	Tipo	Financiador Principal do GF	Montante da subvenção	Data da AEP
Itezhi Tezhi	África Oriental	Energia	BJ	BEI	17 600 000	23/03/2011
Instrumento de Energia Sustentável para África	África Oriental	Energia	PS	BEI	5 000 000	05/07/2011
Instrumento de Energia Sustentável para África	África Oriental	Energia	AT	BEI	3 000 000	05/07/2011
Plano Diretor Integrado de Logística para o Transporte de Mercadorias no Gana	África Ocidental e Sahel	Transportes	AT	KfW	900 000	20/10/2011
					26 500 000	

Desembolsos em 2007-2011

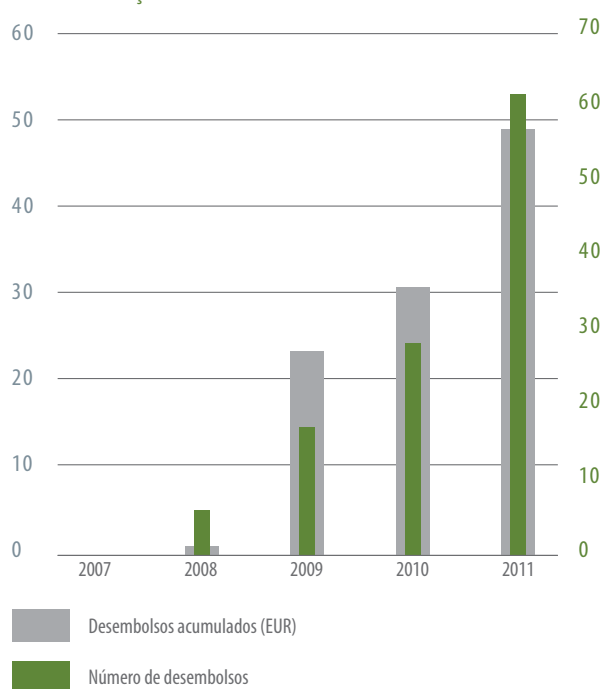


Os desembolsos do Fundo Fiduciário têm vindo a aumentar de forma constante ao longo dos anos.

O tempo que decorre entre a aprovação de uma subvenção e o seu desembolso efetivo depende de um conjunto de fatores que, nalguns casos, são perfeitamente normais e noutros escapam ao controlo do financiador. O Consórcio para as Infraestruturas em África constatou que «os atrasos nos desembolsos podem dever-se, entre outros fatores, aos riscos políticos dos projetos de infraestruturas regionais complexas, à insuficiente harmonização regulamentar entre os países e à fraca capacidade institucional dos mutuários.» É neste ambiente particularmente difícil que o FFI desenvolve a sua atividade. Não obstante, os prazos de desembolso para os projetos que apoia enquadram-se perfeitamente na média do setor.

Em 2011, os desembolsos excederam os dos anos anteriores tanto em termos de valor como de número, deixando antever uma aceleração do ritmo de desembolsos nos próximos anos.

Montante em EUR
das subvenções desembolsadas



	2007	2008	2009	2010	2011	valor acumulado
Desembolsos em EUR	-	1 082 294	22 396 008	8 391 867	17 535 692	49 405 861
Desembolsos em números	-	5	12	14	30	61



Anexos

- 54** Demonstrações financeiras abreviadas em 31 de dezembro de 2011
- 56** Lista dos doadores, representantes e valor agregado das contribuições
- 57** Lista dos membros do Comité Diretor da Parceria UE-África para as Infraestruturas
- 58** Membros do Grupo de Financiadores
- 59** Lista dos países africanos elegíveis
- 60** Comunidades Económicas Regionais de África
- 62** Lista de acrónimos
- 63** Contribuições para o relatório anual e agradecimentos

1. Demonstrações financeiras abreviadas em 31 de dezembro de 2011¹²

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2011 (em milhares de EUR)

	Notas	31.12.2011	31.12.2010
ATIVO			
Caixa e equivalentes de caixa		286 329	251 452
Outros ativos	4	8 301	8 276
Total do ativo		294 630	259 728
PASSIVO E RECURSOS DE DOADORES			
PASSIVO			
Outros passivos	5	7	7
Total do passivo		7	7
RECURSOS DOS DOADORES			
Contribuições	6	342 700	290 200
Lucros não distribuídos		-48 077	-30 479
Total dos recursos dos doadores		294 623	259 721
Total do passivo e dos recursos dos doadores		294 630	259 728

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (em milhares de EUR)

	Notas	De 01.01.2011 a 31.12.2011	De 01.01.2010 a 31.12.2010
Juros e proveitos equiparados	7	2 088	499
Total das receitas de exploração		2 088	499
Projetos financiados	8	-17 537	-8 392
Gastos gerais administrativos	9	-2 075	-1 655
Encargos da avaliação intercalar	10	-67	-
Honorários de auditoria		-7	-7
Total das despesas de exploração		-19 686	-10 054
Perda líquida do exercício		-17 598	-9 555
Total da perda integral do exercício		-17 598	-9 555

¹²As demonstrações financeiras completas e os respectivos anexos encontram-se disponíveis para download em www.eu-africa-infrastructure-tf.net ou podem ser solicitadas por e-mail: eu-itf-africa@eib.org



MAPA DA VARIAÇÃO DOS RECURSOS DOS DOADORES

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (em milhares de EUR)

	Contribuições	Lucros não distribuídos	Total
Em 1 de janeiro de 2011	290 200	-30 479	259 721
Total da perda integral do exercício			
Perda líquida do exercício	-	-17 598	-17 598
Operações contabilizadas diretamente nos recursos dos doadores			
Contribuições (Nota 6)	52 500	-	52 500
Em 31 de dezembro de 2011	342 700	-48 077	294 623

	Contribuições	Lucros não distribuídos	Total
Em 1 de janeiro de 2010	170 200	-20 924	149 276
Total da perda integral do exercício			
Perda líquida do exercício	-	-9 555	-9 555
Operações contabilizadas diretamente nos recursos dos doadores			
Contribuições (Nota 6)	120 000	-	120 000
Em 31 de dezembro de 2010	290 200	-30 479	259 721

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (em milhares de EUR)

	De 01.01.2011 a 31.12.2011	De 01.01.2010 a 31.12.2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Juros recebidos	2 088	499
Gastos gerais administrativos	-2 100	-4 799
Projetos financiados	-17 537	-8 392
Encargos da avaliação intercalar	-67	-
Honorários de auditoria	-7	-7
Fluxos de caixa líquidos originados pelas atividades operacionais	-17 623	-12 699
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Contribuições recebidas	52 500	120 000
Fluxos de caixa líquidos originados pelas atividade de financiamento	52 500	120 000
Variação líquida da caixa e equivalentes de caixa	34 877	107 301
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	251 452	144 151
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	286 329	251 452

2. Lista dos doadores, representantes e valor agregado das contribuições

Doador	Representante	Contribuição
Comissão Europeia – DG DEVCO	Francesca Mosca, Comissão Europeia – DG DEVCO	308 700 000
Reino Unido - DFID	Dónal Brown, Departamento para o Desenvolvimento Internacional - DFID	40 000 000
Espanha - Ministério da Economia e Finanças	Rodrigo Tilve, Subdireção dos Assuntos Económicos e Financeiros da União Europeia	10 000 000
França - Agence Française de Développement	Jean-Marc Bellot, representante da AFD junto das instituições da UE	10 000 000
Itália - Ministério dos Negócios Estrangeiros	Annarita Lippiello, Gabinete da UE, Cooperação italiana para o desenvolvimento	5 000 000
Alemanha - BMZ	Kai Hahne, Ministério Federal para a Cooperação Económica	5 000 000
Finlândia - Ministério dos Negócios Estrangeiros	Jorma Suvanto, Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia	5 000 000
Luxemburgo - Ministério dos Negócios Estrangeiros	Léon Delvaux, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Direção de Cooperação para o Desenvolvimento	2 000 000
Áustria - <i>Austrian Development Agency</i>	Hannes Bauer, <i>Austrian Development Agency</i>	2 000 000
Países Baixos - Ministério dos Negócios Estrangeiros	Wim Bekker, Ministério dos Negócios Estrangeiros	2 000 000
Grécia - Ministério dos Negócios Estrangeiros	Stamatia Kontopanayotou, Representação Permanente da Grécia junto da UE	1 000 000
Portugal - Ministério das Finanças e da Administração Pública	Ana Barreto, Ministério das Finanças e da Administração Pública	1 000 000
Bélgica – Negócios Estrangeiros, Comércio Externo e Cooperação para o Desenvolvimento	Patrick De Bouck, Negócios Estrangeiros, Comércio Externo e Cooperação para o Desenvolvimento	1 000 000
		392 700 000



3. Lista dos membros do Comité Diretor da Parceria UE-África para as Infraestruturas

Membros africanos

Membros da Mesa da Conferência Transportes, Energia e TIC			
Transportes	Energia	TIC	Outros
Argélia	África do Sul	Nigéria	Burquina Faso
Etiópia	Senegal	Quénia	Marrocos
Mali	Egito	Egito	Nigéria
Gabão	Congo	Zâmbia	Quénia
Zimbabué	Uganda	Niger	

Comunidades Económicas Regionais (CER)

Comunidade dos Estados do Sahel e do Sara – CEN-SAD
Mercado Comum da África Oriental e Austral – COMESA
Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental – CEDEAO
Comunidade de Desenvolvimento da África Austral – SADC
Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento – IGAD
Comunidade da África Oriental – CAO
Comunidade Económica dos Estados da África Central – CEEAC
União do Magrebe Árabe – UMA

Outros

Comissão Económica para a África – CEA
Banco Africano de Desenvolvimento – BAD
Nova Parceria para o Desenvolvimento de África – NEPAD

Comissão da União Africana – CUA

Membros europeus

República da Áustria	República Helénica	República Portuguesa
Reino da Bélgica	República da Hungria	Roménia
República da Bulgária	Irlanda	República Eslovaca
República de Chipre	República Italiana	República da Eslovénia
República Checa	República da Letónia	Reino de Espanha
Reino da Dinamarca	República da Lituânia	Reino da Suécia
República da Estónia	Grão-Ducado do Luxemburgo	Reino Unido
República da Finlândia	República de Malta	Banco Europeu de Investimento
República Francesa	Reino dos Países Baixos	Comissão Europeia
República Federal da Alemanha	República da Polónia	

4. Membros do Grupo de Financiadores

Doador	Financiador	Representante
Reino Unido	Banco Africano de Desenvolvimento	Alex Rugamba
Áustria	Banco Austríaco de Desenvolvimento	Wolfgang Pöcheim
Bélgica	BIO	Alain De Muyter
Comissão Europeia	Banco Europeu de Investimento	Alistair Wray
Finlândia	Finnfund	Jaakko Kangasniemi
França	Agence Française de Développement	Ophélie Risler
Alemanha	KfW Bankengruppe	Jochen Meyer-Lohmann
Grécia	Ministério da Economia e Finanças	Katerina Alesta
Itália	Simest	Alessandra Mariani
Luxemburgo	Lux-Development	Richard Schmid
Portugal	SOFID	João Real Pereira
Espanha	COFIDES	Fernando Aceña
Países Baixos	PIDG	John Hodges

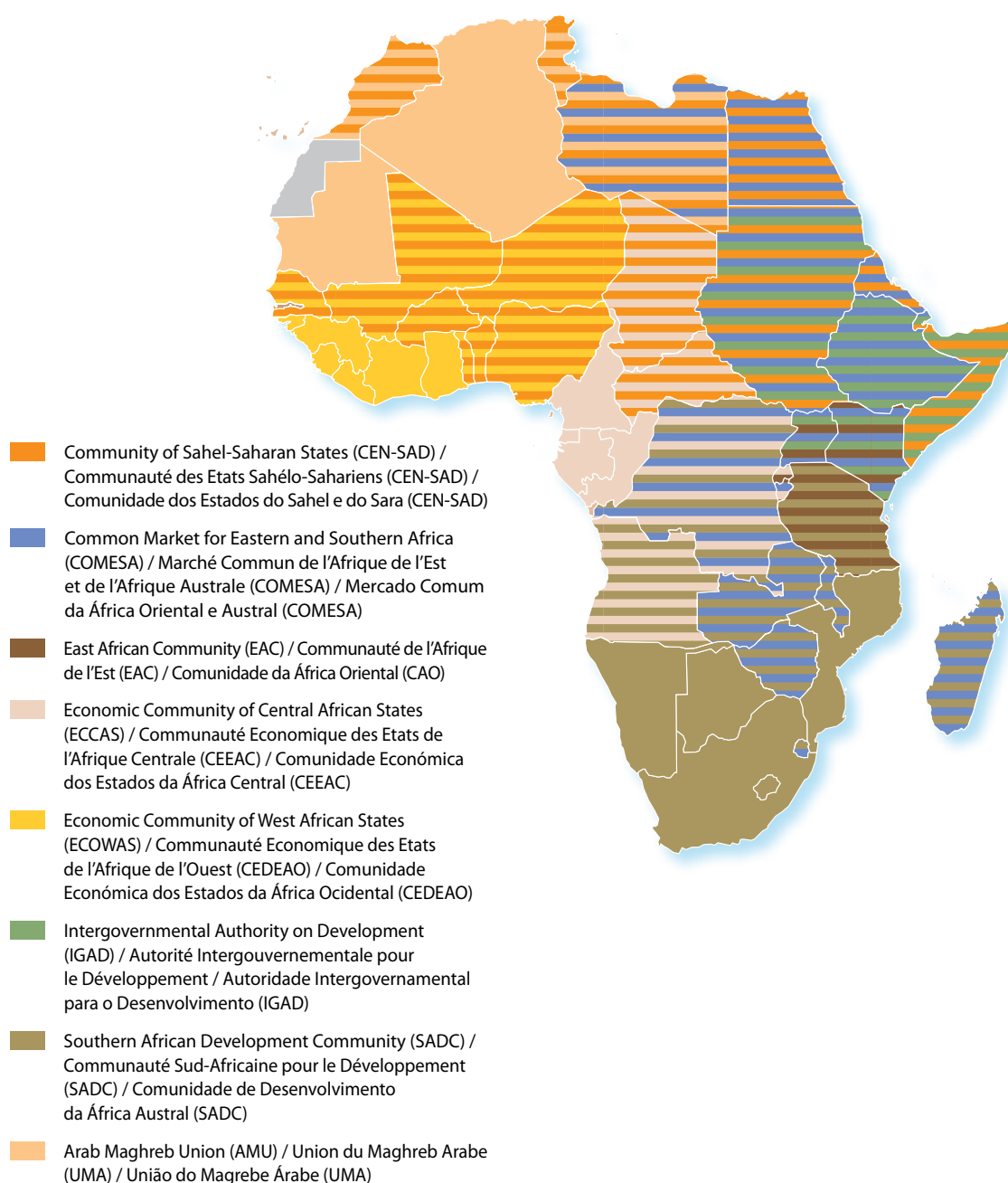


5. Lista dos países africanos elegíveis

Angola	Guiné Equatorial	Somália
Benim	Guiné-Bissau	Suazilândia
Botsuana	Lesoto	Togo
Burquina Faso	Libéria	Namíbia
Burundi	Madagáscar	Níger
Camarões	Malávi	Nigéria
Chade	Mali	Ruanda
Comores	Maurícia	Senegal
Congo-Brazzaville	Mauritânia	Cabo Verde
Costa do Marfim	Moçambique	Serra Leoa
Djibuti	Quénia	Sudão
Eritreia	República Centro-Africana	Tanzânia
Etiópia	República da Guiné	Uganda
Gabão	República Democrática do Congo	Zâmbia
Gâmbia	São Tomé e Príncipe	Zimbabué
Gana	Seicheles	

6. Comunidades Económicas Regionais de África

Comunidades Económicas Regionais de África





Países que podem beneficiar de subvenções do FFI e participação destes países nas CER

	CEN-SAD	COMESA	EAC	CEEAC	ECOWAS	SADC	UMA	IGAD
Angola				•		•		
Benim	•				•			
Botsuana						•		
Burquina Faso	•				•			
Burundi		•	•	•				
Cabo Verde					•			
Camarões		•		•				
Chade	•			•				
Comores		•						
Congo-Brazzaville				•				
Costa do Marfim					•			
Djibuti	•	•						•
Eritreia	•	•						
Etiópia		•						•
Gabão				•				
Gâmbia	•				•			
Gana					•			
Guiné Equatorial				•				
Guiné-Bissau					•			
Lesoto						•		
Libéria					•			
Madagáscar		•				•		
Malávi		•				•		
Mali	•				•			
Maurícia		•				•		
Mauritânia							•	
Moçambique						•		
Namíbia						•		
Níger	•				•			
Nigéria	•				•			
Quênia		•	•					•
República Centro-Africana	•			•				
República da Guiné					•			
República Democrática do Congo		•		•		•		
Ruanda		•	•					
São Tomé e Príncipe				•				
Seicheles		•				•		
Senegal	•				•			
Serra Leoa					•			
Somália	•							•
Suazilândia		•				•		
Sudão	•	•						•
Tanzânia			•			•		
Togo	•				•			
Uganda		•	•					•
Zâmbie		•				•		
Zimbabue		•				•		

7. Lista de acrónimos

A	
AEP	Aprovação em princípio (uma decisão inicial sobre a elegibilidade do projeto em causa e da operação de subvenção proposta)
AFD	<i>Agence Française de Développement</i>
AT	assistance technique
B	
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BEI	Banco Europeu de Investimento
BJ	Bonificação de juros
BOAD	<i>Banque Ouest Africaine de Développement</i>
C	
CAO	Comunidade da África Oriental
CE	Comissão Europeia
CEA	Comissão Económica para a África
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CEN-SAD	Comunidade dos Estados do Sahel e do Sara
CER	Comunidade Económica Regional
COFIDES	<i>Compañía Española de Financiación del Desarrollo</i>
COMESA	Mercado Comum da África Oriental e Austral
CTP	Custo Total do Projeto
CUA	Comissão da União Africana
D	
DFID	Departamento para o Desenvolvimento Internacional
E	
EASSy	Sistema de Cabo Submarino da África Oriental
F	
FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento
FFI	Fundo Fiduciário para as Infraestruturas
G	
GF	Grupo de Financiadores [do FFI]
I	
ICA	Consórcio para as Infraestruturas em África
IDA	Associação Internacional de Desenvolvimento
IGAD	Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
K	
KfW	<i>Kreditanstalt für Wiederaufbau</i>
L	
LV WATSAN	Projeto de abastecimento de água e saneamento no Lago Vitória
N	
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
NRC	Corredor Rodoviário do Norte da África Oriental
NWSC	<i>National Water and Sewerage Corporation</i>
O	
OeEB	<i>Oesterreichische Entwicklungsbank AG</i>
P	
PIDA	Programa para o Desenvolvimento das Infraestruturas em África
PPAE	Países Pobres Altamente Endividados
PPP	Parceria público-privada
PS	Prémios de Seguro
R	
RCA	República Centro-Africana
RDC	República Democrática do Congo
RU	Reino Unido
S	
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SAPP	Grupo de Energia da África Austral
SD	Subvenção direta
SIMEST	<i>Società Italiana per le Imprese all'Estero</i>
SOFID	Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento
T	
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
U	
UE	União Europeia
UMA	União do Magrebe Árabe
W	
WAPP	Grupo de Energia da África Ocidental



8. Contribuições para o relatório anual e agradecimentos

O Secretariado do Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas elaborou o presente Relatório Anual com a gentil contribuição das seguintes entidades:

Comissão Europeia

DEVCO
41, rue de la Loi
B-1049 Brussels

Comissão da União Africana

Département des infrastructures et de l'énergie
Roosevelt Street 3243
Addis Ababa, Éthiopie

Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung (BMZ)

Dahlmannstraße 4
D - 53113 Bonn

African Development Bank Group NEPAD, Regional Integration & Trade

15 Avenue du Ghana
P.O. Box 323-1002
Tunis-Belvédère, Tunisie

Banco Europeu de Investimento*

98-100, boulevard Konrad Adenauer
L-2950 Luxembourg

Agence Française de Développement

5, rue Roland Barthes
F - 75598 PARIS CEDEX 12

KfW Bankengruppe

Palmengartenstraße 5-9
D - 60325 Frankfurt am Main

The Private Infrastructure Development Group (PIDG)

St Nicholas House, St Nicholas Road
GB - Sutton, Surrey, SM1 1EL

SOFID

Av. Casal Ribeiro, 14 - 4º
1000-092 Lisboa, Portugal

DoubleDouble

Rue Vieux Marché aux Grains, 36
B - 1000 Bruxelles

* O Banco Europeu de Investimento, na qualidade de Gestor do Fundo Fiduciário, elaborou as Demonstrações Financeiras.



Fontes Mistas
Grupo de produto proveniente de
florestas bem manejadas, fontes
controladas e madeira ou
fibra reciclada
Cert. no. BV-COC-856319
www.fsc.org

O material contido neste relatório pode ser livremente reproduzido. O BEI agradece, contudo, que seja citada a fonte e que lhe seja enviada uma cópia de cada artigo.

© Fotografias e ilustrações: Fototeca do BEI, Thomas Ecke.

Paginação: EIB GraphicTeam.

Impresso pela Imprimerie Jouve em papel MagnoSatin, com tintas à base de óleos vegetais. O papel, certificado em conformidade com as regras do Forest Stewardship Council (FSC), compõe-se de 100% de fibra virgem (em que pelo menos 50 % provém de florestas bem geridas).

Banco Europeu de Investimento
98-100, boulevard Konrad Adenauer
L-2950 Luxembourg
☎ (+352) 43 79 - 1
✉ (+352) 43 77 04
www.bei.org - ✉ info@bei.org



União Europeia África
Fundo Fiduciário para as Infraestruturas

www.eu-africa-infrastructure-tf.net